

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV Nº 48, SÁBADO, 13 DE ABRIL DE 2019





00100.056802/2019-64

#### COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

#### Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

#### Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

#### Senador Lasier Martins (PODE/RS)

2º Vice-Presidente

#### Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

#### **Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)**

2º Secretário

#### Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

#### Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4ª Secretário

#### SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º Senador Marcos do Val (PPS-ES)
- 2° Senador Weverton (PDT-MA)
- 3° Senador Jaques Wagner (PT-BA)
- 4º Senadora Leila Barros (PSB-DF)



#### Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

#### Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

#### Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

#### Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

#### Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

#### Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

#### Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



## ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

### **SENADO FEDERAL**

#### **SUMÁRIO**

#### PARTE I

1 – ATA DA 49ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 12 DE ABRIL DE 2019	
1.1 – ABERTURA	6
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	6
1.2.2 – Oradores	
Senador Jorge Kajuru – Considerações acerca de audiência com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Elogio ao Governo Bolsonaro em eliminar o uso de alguns pronomes de tratamento em comunicações de órgãos federais. Convite aos senadores para conhecerem o centro diabético de Goiás, criado por S. Exa. Destaque para a importância de se preservar a infraestrutura da recém-leiloada Ferrovia Norte-Sul	6
Senador Izalci Lucas – Breve histórico da importância do Fundo Constitucional do Distrito Federal devido à decisão do TCU que obriga o GDF a devolver à União a arrecadação de recursos do imposto de renda pago pelos servidores das forças de segurança. Pedido de apoio ao Projeto de Lei de autoria de S.Exa. que altera a Lei nº 10.633, de 2002. Cobrança para que o Parlamento busque uma solução para a Medida Provisória 862, de 2018, que viabiliza a criação de uma região metropolitana envolvendo o Distrito Federal e municípios de Minas Gerais e Goiás	10
Senador Veneziano Vital do Rêgo – Satisfação com a articulação da Casa para a aprovação da PEC nº 61/2019. Preocupação com os rumos do País depois de analisados os primeiros cem dias do Governo Federal. Satisfação com os primeiros meses de gestão do Governador da Paraíba, João Azevedo	18
1.3 – ENCERRAMENTO	24

#### PARTE II

#### 2 - MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 49ª SESSÃO

#### 2.1 - EXPEDIENTE



#### 2.1.1 - Requerimento

Nº 284/2019, do Senador Izalci Lucas e outros senadores, de realização de sessão especial, em 12 de julho de 2019, destinada a comemorar o Dia Nacional da Música e da Viola Caipira	26
3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS	
3.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES	
$N^{\circ}$ 20/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei da Câmara $n^{\circ}$ 96/2017	34
$N^{\circ}$ 21/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei da Câmara $n^{\circ}$ 140/2017	40
N° 22/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei n° 1232/2019	46
$N^{\circ}$ 23/2019-CDH, sobre a Sugestão n° 6/2019	52
PARTE III	
4 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	59
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	61
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	64
7 – LIDERANÇAS	65
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	67
9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	68
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	70
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	100



# Ata da 49ª Sessão, Não Deliberativa, em 12 de abril de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência dos Srs. Izalci Lucas e Jorge Kajuru.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e encerra-se às 10 horas e 26 minutos.)



13 Abril 2019

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

Declaro aberta a sessão.
 Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241, do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Sessão não deliberativa.

Entramos diretamente já no expediente.

Convido, imediatamente, o nosso grande representante do Estado de Goiás e sempre presente aqui no Plenário, o nosso amigo Jorge Kajuru, do PSB, de Goiás.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discursar.) – Excelências, minhas únicas, brasileiros e brasileiras, aqui fala Jorge Kajuru, seu empregado público do Senado Federal da República, eleito orgulhosamente pelo Estado de Goiás, a quem tenho gratidão eterna.

Meu CPF é 218.405.711-87, é meu único patrimônio.

Pátria amada, meus únicos patrões, inicio me dirigindo ao exemplo deste Distrito Federal e desta Casa e amigo, Presidente da sessão, todos os dias atuante, Senador Izalci Lucas, homem de responsabilidade para todas as pautas deste País, em especial a educação.

Senador Izalci, faço aqui, oficialmente, um convite a V. Sa. Aliás, aproveitando o "V. Sa.", eu quero agradecer ao Ministro Paulo Guedes e também a compreensão do Presidente da República Jair Bolsonaro, porque, na semana retrasada, eu tive uma audiência de uma hora e meia com o Ministro Paulo Guedes e comentei com ele... Não sei se o Presidente está lembrado – estava na Presidência aqui desta sessão – quando eu aqui na tribuna comuniquei como foi a nossa conversa. Ele nem tocou em reforma da previdência, a conversa foi sobre socorrer o Estado de Goiás, desesperado, sem condições de pagar nem a folha de dezembro do ano passado. E, sabendo ele, o Ministro Paulo Guedes, da honestidade, da integridade do homem público Ronaldo Caiado, em desespero nessa situação, sofrendo, ele garantiu a mim dizendo que seria por consideração a mim e também por respeito ao homem que ele também acha ser honesto e digno, Ronaldo Caiado, hoje Governador de Goiás, que o primeiro comboio – é expressão que ele usa, o Ministro Paulo Guedes: "Kajuru, o primeiro comboio, o primeiro recurso, vai para o Estado de Goiás, para que o Caiado arrume a Casa".

E, daí, conversamos outros assuntos do País. Ele falou sobre gás, sobre energia, sobre os planos que tem pós-reforma da previdência, reconheceu erros na reforma, especialmente em relação aos trabalhadores rurais, ao BPC. Enfim, foi uma conversa muito boa, Presidente Izalci. E falamos da família dele, porque tenho amigos dentro da família dele – a cunhada, Cláudia; o concunhado, Nazareno –, tenho profunda admiração por sua esposa, Maria Cristina. E gosto do Ministro Paulo. Paulo é inteligente, bem-humorado.

Aí eu brinquei com ele, Presidente Izalci, falei: "Dê uma sugestão ao Presidente Bolsonaro para a gente parar com essa bobagem de 'V. Exa.'". E lembrei o primeiro Presidente americano, George Washington, que, quando perguntado por seus assessores como ele deveria ser chamado, disse: "Mr. President", ou seja, "Sr. Presidente". E assim, nos Estados Unidos, até hoje, um se refere ao outro dessa forma. Eu me refiro: "amigo", "amiga", "Sr. Presidente", "Sra. Senadora", "Sr. Senador". E eu dei esse "conselho", entre aspas – quem sou eu para dar conselho ao Ministro Paulo Guedes? Ele achou formidável. Ele falou: "Kajuru, é exatamente como eu quero e vou falar isso para o Presidente".



E ontem, oficialmente, o Presidente da República, Jair Bolsonaro, inaugurou essa nova forma, ou seja, no Governo do Bolsonaro não há mais essa história de "V. Exa.". Tomara que aqui no Senado também todos e todas sigam essa minha humilde sugestão que eu dei ao Ministro Paulo Guedes e que ele deu ao Presidente Bolsonaro, e o Presidente acabou aceitando.

Então, eu queria convidá-lo – em especial, o Senador Izalci Lucas; em especial, a Senadora Simone Tebet, que já aceitou, e espero que V. Sa. também aceite –, depois da Páscoa, numa sexta-feira – para nós é aqui perto, de Brasília a Goiânia, nós dois podemos ir de carro; e a Senadora, que é de Mato Grosso do Sul, vai como quiser –, para que vocês conheçam as condições, as instalações de algo que poderá ser modelo para todo o Brasil, que é o centro diabético de Goiás, criado por mim, um projeto como Vereador, aprovado, por unanimidade, na Câmara Municipal de Goiânia, 35 votos, e que, graças a Deus, funciona desde 27 de junho do ano passado e atende mais de mil diabéticos por dia. Lá há quatro podólogos, dez médicos à disposição. Há tratamento para tudo. Podólogo: no caso de unha encravada, o diabético pode ter que amputar o pé. Há também nutrição. Leva o nome de minha mãe, D. Zezé, falecida por diabetes. Pode ser modelo.

E hoje deve estar a caminho o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, com toda a sua equipe do Ministério, o Presidente do Conselho Nacional de Saúde, a Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes, todas essas autoridades, com o Governador Ronaldo Caiado, que é também um defensor dessa causa da praga silenciosa, da doença que mais mata no País e no mundo, a diabetes – AVC e hipertensão estão na frente dela, mas essas duas são provocadas também pelo diabetes.

Então, eles vão estar, às 2h da tarde, em Goiânia, na Av. Anhanguera, esquina com a Alameda das Rosas. E lá o Ministro da Saúde vai tomar uma decisão, pelo Governo Bolsonaro, se realmente o centro diabético de Goiás, criado por mim orgulhosamente, poderá ser, Presidente Izalci Lucas, modelo, referência para todo o Brasil. E aí haverá, em cada capital brasileira, um centro diabético nas mesmas condições, com as mesmas instalações moderníssimas do centro diabético de Goiás.

E aí, então, representando o Senado, eu gostaria muito de convidar o Presidente desta sessão, Senador Izalci Lucas – já convidei a Senadora Simone Tebet, que aceitou –, e lá da Câmara Federal, eu estou convidando o Presidente Rodrigo Maia e o Deputado Federal Júlio Delgado. Então, dois companheiros da Câmara, dois companheiros do Senado para, na outra sexta, depois da Páscoa, os senhores e as senhoras, no caso da Simone, conhecerem esse centro diabético e darem, evidentemente de forma independente, como o são, suas opiniões se lá realmente pode ser um modelo para todo o Brasil.

Eu quero pedir à Pátria amada a licença de entrar aí nas suas casas, onde estiverem, e agradeço a permissão, via TV Senado, via Rádio Senado, e fugir um pouco, Presidente Izalci, ao tripé da saúde, da educação, sua maior paixão, e do meio ambiente – o tripé de meu Gabinete 16, a que tenho me dedicado com especial interesse. Hoje faço aqui considerações importantes sobre uma outra vertente do desenvolvimento brasileiro: os modais de transporte no Brasil, concentrando-me especialmente na importância da malha ferroviária brasileira – e sei que também é pauta de seu gabinete, amigo e Sr. Senador Izalci.

Eu fiz essa opção de falar sobre o assunto hoje, 12 de abril de 2019, despertado pelas manchetes dos meios de comunicação sobre o leilão, vencido pela empresa Rumo, da Ferrovia Norte-Sul, com o estratosférico lance de R\$2,7 bilhões, com ágio de 100,92%. A Rumo superou proposta da VLI, empresa do Grupo Vale, e vai operar trecho central da ferrovia por 30 anos.



13 Abril 2019

Esse trecho percorre 1.537 quilômetros e vai de Porto Nacional, no Tocantins, a Estrela d'Oeste, em São Paulo.

Como Juscelino Kubitschek, criador de nossa Brasília, ex-Presidente, mineiro, que, deste Planalto Central, vislumbrou o amanhã deste grande País, todos nós aqui nesta Casa temos a responsabilidade das grandes oportunidades de fazermos um Brasil grande para nós e para as gerações que vão nos suceder.

O Estado brasileiro projetou a Ferrovia Norte-Sul para promover a integração nacional, diminuindo os custos de transporte de longa distância e interligando as Regiões Norte e Nordeste às Regiões Sul e Sudeste, passando, então, estimado Izalci, pelo nosso Centro-Oeste.

Não podemos nos esquecer do impacto socioeconômico da nova ferrovia em termos de desenvolvimento regional do Norte e do nosso Centro-Oeste. Certamente haverá grande movimentação de pessoas em direção às cidades beneficiadas pelo traçado da ferrovia, atraídas pelas ofertas de emprego que serão criadas ao longo desta verdadeira espinha dorsal do desenvolvimento econômico e social que será a Ferrovia Norte-Sul, por que tanto lutei aqui como Parlamentar goiano, junto com a bancada de Goiás, expressiva por sinal.

O fluxo migratório exigirá melhores condições de moradia, de transporte, de educação e de saúde para estes contingentes de pessoas que estão vindo para as cidades estrategicamente localizadas. Teremos novos desafios ambientais que demandarão atuação efetiva dos Municípios e dos Estados envolvidos.

Os jornais têm abordado o traçado da ferrovia, que corta bairros residenciais apenas nas cidades de Anápolis e também de Aguiarnópolis, configurando uma situação urbana até então desconhecida pela Administração – Administração municipal, que figue claro. Esse tipo de desafio será uma constante a partir de agora.

Para melhor, Presidente Izalci Lucas, enfrentar esses desafios, precisaremos de mais recursos para os Municípios beneficiados pelo traçado da ferrovia e, nem de longe menos importante, aprimoramentos administrativos para a boa gestão desses recursos.

O senhor é um exemplo de gestor, sabe, então, que isso equivale a dizer que precisaremos de expertise pública e privada para o desenvolvimento e a implementação de soluções inovadoras e criativas para problemas até então desconhecidos. Grandes desafios são colocados também ao planejamento urbano de saneamento, de transportes públicos, de abastecimento e de provisão de serviços de diversão e cultura.

Como é do meu feitio e com a responsabilidade que os meus eleitores me confiaram, vou olhar com lupa – com lupa – cada passo dos planos traçados por esta gigantesca operação, a Ferrovia Norte-Sul.

É o primeiro leilão de ferrovias em mais de dez anos no Brasil, Senador Izalci, o senhor sabe. A Rumo, empresa vencedora, tem dois anos para fazer a ferrovia operar. A demanda de carga a ser transportada pela ferrovia, em 2020, no ano que vem, é de 1,7 milhão de toneladas. Em 2055, esse volume deverá chegar a 22,7 milhões de toneladas. É o escoamento adequado, mais econômico, das riquezas produzidas pelo País.

Então, Sr. Senador Izalci, Presidente desta sessão, meu amigo, minha referência, convido todos os demais Senadores, as nossas queridas Senadoras, a Câmara Federal, os Deputados Federais de todos os Estados percorridos por esta Ferrovia Norte-Sul a estarmos juntos, afinal, são os interesses do povo brasileiro que estão e estarão em jogo.

E o meu motivo de usar esta tribuna, como todo dia, para este tema, Presidente Izalci. E reforço aqui o convite.



Eu lhe peço perdão, porque sempre fico na sessão ouvindo o pronunciamento de cada colega e aprendendo. Sou o primeiro ou o segundo a chegar, junto com o senhor ou junto com o Senador Paulo Paim, que hoje está em Minas Gerais realizando palestra sobre a reforma da previdência. Faço questão de comparecer. Nem no telefone celular eu fico. Tenho atenção ao pronunciamento de todos os colegas.

Mas hoje, porque vou de carro, o que dá uma hora e cinquenta de tempo, eu vou sair agora, correndo, para chegar em tempo, pois, às 2h da tarde em ponto, o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, qualificadíssimo, preparado, sensível, sensato, com toda a sua equipe, com o Conselho Nacional da Saúde, com a Sociedade Brasileira de Diabetes, como eu disse no início, vão estar em Goiânia, na minha querida Goiânia. E eu tenho que estar lá, porque eu sou o criador deste primeiro centro diabético do Brasil, que poderá ser um modelo para todas as capitais do País. Tomara, Deus! À unanimidade, a aprovação aqui no Senado já ocorreu, e agora esperamos que a Câmara, através do Presidente Rodrigo Maia, seja sensata e sensível para esta causa do diabetes e que a Câmara aprove, para que já o Presidente Bolsonaro sancione este projeto de lei, que dará atendimento via SUS a todos os diabéticos e diabéticas deste País, que são quase 30 milhões entre aqueles que são e aqueles que ainda não sabem que são. Como disse o Paulo Paim aqui: "Kajuru, eu fui ao médico e falei para ele que eu era pré-diabético". Aí o médico falou: "Não existe pré-diabético. Isso é igual a ligeiramente grávida. Então, Sr. Senador gaúcho Paulo Paim, o senhor é diabético". E ele está cuidando, graças a Deus!

Então, são quase 30 milhões. Este é o meu sonho. Eu sou diabético, perdi a visão pelo diabetes, por deslocamento de retina. Eu só possuo 3% em meu olho esquerdo; o direito é prótese. Daí, colegas, funcionários do Senado, quando me cumprimentam por este olho aqui, Presidente, eu não enxergo. Aí a pessoa me dá a mão e eu não vi. Aí parece que o Kajuru é mascarado, mas é porque eu não vi. Então, quem quiser cumprimentar o Kajuru olhe para o olho esquerdo dele. Com este aqui eu consigo ver, com estes óculos aqui do Dr. Hilton Medeiros, que é um médico conhecido aqui de todo o Senado, é um oftalmo referência no mundo inteiro. O Dr. Hilton Medeiros conseguiu essa visão para perto, mas para ler com letras garrafais, tamanho 36, os meus pronunciamentos.

Enfim, um ótimo final de semana, com luz, com saúde, com paz a toda a Pátria amada, a todos aqui neste Senado e no Congresso Nacional...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) - ... e especialmente, como eu sempre desejo, um Brasil mais justo, mais amoroso porque é o que quer o meu coração.

Agradecidíssimo.

- O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB DF) - Senador Kajuru, pediria a V. Exa. que presidisse aqui por um instante, só para que eu possa fazer algum pronunciamento.
- O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB GO) Claro. Com prazer. Só estamos nós dois.

(O Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Kajuru.)



O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Para o uso da tribuna, com prazer, convido o Senador exemplo do Distrito Federal, o Sr. Senador Izalci Lucas. À vontade para o seu pronunciamento nesta sexta-feira, 12 de abril de 2019.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Kajuru, como V. Exa. disse, ontem o Presidente Bolsonaro assinou um decreto acabando com o tratamento de "V. Exa." e "ilustríssimo", adotando apenas "senhor" e "senhora" no tratamento na área federal. Então, V. Exa. tem razão: logo, logo a gente também tem que fazer algumas alterações aqui no Senado Federal, no Congresso Nacional e simplificar um pouco as coisas.

Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna para falar de um tema que tem preocupado sobremaneira o Distrito Federal, a Capital de todos os brasileiros. Trata-se do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que, vez por outra, fica sob mira de ameaças constantes.

Mas, antes de falar da situação atual que nos preocupa, quero fazer aqui um breve histórico, principalmente da importância do fundo constitucional para a nossa Capital. A Senadora Simone Tebet não está presente, mas é evidente que gostaria muito de me dirigir a ela com relação à história do fundo, porque foi através do seu pai, o saudoso Ramez Tebet, a quem coube, quando presidiu esta Casa, a luta pela aprovação do fundo. Então, tenho aqui que também saudar a nossa Senadora Simone. O DF tem uma dívida imensa de gratidão com o Senador Tebet, pois foi graças a ele que adquirimos a independência da despesa com saúde, educação e segurança, sem depender de favores do Governo Federal.

O Senador Tebet, uma das maiores lideranças que esta Casa já viu, reconheceu a importância e a responsabilidade de nossa Capital. Brasília não recebe apenas, paga também. Aqui estão instalados o Governo Federal, o Congresso Nacional, o Poder Judiciário, as embaixadas e a sede de vários organismos internacionais. Isso gera um aumento natural de demanda por serviços em geral e o GDF não pode arcar sozinho com todas essas despesas. Lembro ainda que hoje a população do DF gira em torno de 3 milhões de habitantes, mais do que o triplo do que se previu quando da instalação da Capital. Eram 500 mil habitantes aqui no Plano Piloto, mas hoje somos 3 milhões.

O DF também atende a crescente população do Entorno, principalmente do serviço de saúde. A existência do fundo é, portanto, necessária, reconhecida, além de prevista pelo inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, que diz que compete à União organizar e manter a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para execução dos serviços públicos, por meio de fundo próprio.

Mas estamos agora com um problema a resolver, que não só ameaça, como inviabiliza o Distrito Federal. Refiro-me à decisão do Tribunal de Contas da União que obriga o Governo local a devolver os valores arrecadados do imposto de renda pago pelos servidores das forças de segurança. O TCU, ao analisar um processo que vem de 2006, decidiu que o valor arrecadado com o imposto de renda incidente sobre o contracheque de servidores da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros pertence aos cofres federais e não aos distritais. Com isso, o DF deixará de arrecadar R\$700 milhões ao ano e terá de devolver um débito acumulado de cerca de R\$10 bilhões à União.

A situação é grave e precisa de solução urgente. Já fiz várias reuniões no Tribunal de Contas sobre esse assunto. Fiz também, ainda como Deputado Federal, uma auditoria do fundo constitucional. E considero que essa questão suscitada pelo Tribunal de Contas da União é de interpretação. Senão, vejamos, todos os fundos, os Fundos de Participação de Municípios ou o



11

Fundo de Participação dos Estados, quando repassam o recurso, o imposto fica para quem pagou o salário. Então, o Estado fica com o imposto de renda da folha de pagamento do fundo de participação tanto do Estado, quanto do Município, da mesma forma.

Agora, quando se fala em fundo constitucional do DF, há essa interpretação equivocada, pois o Tribunal de Contas entende que o recurso é da União e, quando não é executado, o dinheiro volta, como tem acontecido nos últimos anos. Já perdemos quase R\$1 bilhão nos últimos anos, exatamente porque não foi executado, talvez por problema de licitação, e retorna ao Tesouro Nacional.

Essa dívida só existe porque houve uma medida cautelar que nos permitiu reter o imposto. Medida cautelar, como todos aqui sabem, é um procedimento judicial que visa prevenir, conservar, defender ou assegurar a eficácia de um direito. É um ato de precaução.

Em razão da gravidade e urgência da solução, protocolei nesta Casa um projeto que altera a Lei 10.633, de 27 de dezembro de 2002, que instituiu o Fundo Constitucional do Distrito Federal, para estabelecer que o produto do imposto de renda e proventos de qualquer natureza, incidentes na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, com recursos do Fundo Constitucional do DF, pertence ao Distrito Federal. Justifico o projeto de lei com base no que reza a Constituição Federal na seção dedicada a repartições de receitas tributárias. Ela é cristalina ao ditar que, mesmo sendo o imposto de renda um tributo de competência da União, os valores retidos a esse título recolhidos na fonte, sobre rendimentos pagos a servidores estaduais, ou distritais, inclusive ativos e inativos, pertencerá ao ente federativo responsável pelo pagamento. Isso está na Constituição. Mais precisamente rezam o art. 157 e seu inciso I:

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

Não resta, portanto, qualquer dúvida de que, sendo o Estado o responsável pelo pagamento, pertencerá a ele o produto do imposto de renda retido na fonte. No entanto, mesmo tendo o Supremo Tribunal Federal, em atenção ao dispositivo supracitado, em seu Acórdão 571-AGR/SP, p.11, reiterado que as parcelas do imposto sobre a renda retido na fonte, a qualquer título, pelo empregador público do Estado ou do Distrito Federal, por suas autarquias e fundações devem ser incorporadas desde logo às receitas estaduais ou do Distrito Federal. Então, persistem as discussões no âmbito do Tribunal de Contas da União. Basicamente o tribunal abordou, em seu processo 011.359/2006-1, que os pagamentos realizados pelo Distrito Federal aos servidores do Corpo de Bombeiros Militar e das Polícias Civil e Militar poderiam ensejar, quando custeados com recurso do fundo constitucional, o recolhimento do produto do imposto de renda retido na fonte para os cofres do Tesouro do Distrito Federal.

No âmbito dessa discussão, o Ministro Raimundo Carreiro, através de medida cautelar, abraçou o comando contido no inciso I do art. 157 da Constituição, bem como o entendimento da jurisprudência firmada na Corte Constitucional sobre a questão. Essa medida, determinando que a União se abstivesse de reter ou cobrar tais valores, foi referendada pelo plenário da Corte de Contas em 23 de junho de 2010.

A despeito disso, o mesmo Tribunal de Contas, em determinação recente, pretendeu revogar aquela medida cautelar, permitindo que a União retenha os valores do imposto de renda pagos na fonte pelos servidores da área de segurança do Distrito Federal.



É nossa convicção que esse novo entendimento do Tribunal de Contas da União afronta a Constituição Federal, uma decisão do Supremo Tribunal Federal e gera um conflito de competência, haja vista que a Corte Suprema já se pronunciou sobre a matéria e decidiu que o entendimento do art. 157 da Constituição Federal se aplica ao caso do Distrito Federal, permitindo, portanto, a esta unidade da Federação a retenção dos recursos em tela.

Ora, o Fundo Constitucional do DF foi instituído pela Lei 10.633, de 2002, justamente com a finalidade de prover os recursos para manter as forças de segurança da Capital Federal, fundamentais, é evidente, para a garantia dos plenos poderes da União e, por consequência, da própria democracia em nosso País. A União ficou responsável apenas por aportar os recursos financeiros, enquanto ao Distrito Federal atribuíram-se as demais responsabilidades – inclusive, a da manutenção, em seus quadros, dos servidores do Corpo de Bombeiros Militar e das Polícias Civil e Militar. Portanto, parece óbvio que os recursos em voga devam permanecer com a Capital Federal.

Cabe a nós, na condição de Legisladores e representantes do DF na Casa da Federação, aperfeiçoar a Lei 10.633, de 2002, para deixar claro que, mesmo sendo oriunda do Fundo Constitucional do DF, a receita em questão pertence ao Distrito Federal. Vale lembrar que a Lei 10.633, de 2002, não traz nenhuma previsão ou regra específica sobre o imposto de renda retido na fonte pelos servidores. Estabelece, todavia, um valor para o aporte anual, a ser corrigido pela variação da receita corrente líquida da União.

Quanto ao mérito do recente acórdão do Tribunal de Contas, cabe mencionar que, quando da criação do Fundo Constitucional do DF, o que se almejava era justamente superar o caráter voluntário de parte das transferências efetuadas pela União, garantindo ao Distrito Federal uma situação mais confortável para programar as suas despesas e gerir os seus recursos. Assim sendo, propomos aqui incluir artigo na Lei 10.633, de 2002, que trata da dotação orçamentária do Fundo Constitucional do DF; pretendemos com essa iniciativa estabelecer que o produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte pelos servidores distritais pagos com recursos do Fundo Constitucional do DF pertence ao Distrito Federal, prevendo ainda que esses recursos serão destinados às próprias finalidades estabelecidas no art. 1º da lei em tela.

Da mesma forma, convalidam-se as retenções efetuadas desde a constituição do Fundo Constitucional do DF, o que na prática dispensará o Distrito Federal de restituir qualquer valor à União.

Em face do exposto, eu peço o apoio de todos os Senadores e de todas as Senadoras com relação a esse projeto.

É uma situação, Senador Kajuru, preocupante, e é questão de entendimento, óbvio. Se o Fundo de Participação dos Municípios e dos Estados, quando transferido para lá, o imposto fica nos Estados e fica nos Municípios, é óbvio, porque os servidores da segurança pública – que são a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil –, são servidores do GDF; são pagos com recursos do Fundo Constitucional, mas são servidores. As ordens não são vindas da União. Não é o Presidente da República que determina à Polícia Militar ou ao Corpo de Bombeiros do DF o que eles vão fazer, não. Eles estão vinculados, eles são servidores do GDF. Portanto, é óbvio que o tratamento teria que ser igual. Ora, se, no pagamento aos servidores do Município ou do Estado, o imposto fica com o Estado ou fica com o Município, é óbvio que o imposto pago pelo fundo constitucional aos servidores do GDF de segurança pública teria também que ficar no nosso... Tanto é que existia a cautelar desde 2006. O Supremo já disse isso.



13

Então, é lamentável essa decisão. O Tribunal de Contas da União precisa realmente... Óbvio que tem um papel fundamental de fiscalizar, mas não dá para interpretar e querer legislar sobre isso.

Eu sei que todos os Municípios estão em situação caótica e os Estados também. E, quando se levanta esse assunto, é evidente que os Estados e os Municípios se sentem também como se estivesse diminuindo a receita deles.

Eu quero chamar a atenção porque nós somos aqui apenas 11 Parlamentares, oito Deputados e três Senadores, como os demais Estados. Mas, em uma discussão como essa, onde há a questão financeira envolvida, é evidente que qualquer Município, qualquer Estado quer isso para ele, porque, devolvido à União, é dividido entre Estados e Municípios. Mas é uma interpretação equivocada. O nosso Governador já entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal, mas de qualquer forma, apresentamos esse projeto para não deixar dúvida para que futuros membros do Tribunal ou até mesmo o Judiciário possam interpretar de forma equivocada.

Eu só sei que nós não podemos, de forma alguma, abrir mão desses recursos, até porque, Senador Kajuru, quando foi criado o fundo constitucional em 2002, 2003 – era em torno de R\$2,9 bilhões –, ele cobria 100% da educação, da saúde e da segurança e ainda tinha mais 10% de investimento. Mas hoje, para atender as mesmas condições do início, nós temos que colocar mais R\$10 bilhões de recursos próprios. E por quê? Porque, quando foi criado o fundo, nós não tínhamos a população que temos hoje. Hoje, nós temos 3 milhões, e V. Exa. sabe que em volta temos mais 2,5 milhões. Então, são mais de 5 milhões de habitantes. E os moradores da região metropolitana, do Entorno, grande parte deles eram moradores de Brasília, mas que, por questões de aluguel, das dificuldades financeiras, do custo que há na Capital, foram obrigados a procurar aluguéis mais baratos, muitas vezes, recorrendo ao Entorno. Tanto é assim que vem para cá quase 600 mil pessoas todos os dias para trabalhar aqui no Distrito Federal.

E aí peço a V. Exa... Ontem, nós discutimos a MP 862, cuja relatoria é de José Nelto, de Goiás, mas há um desentendimento entre o Governo de Goiás e o Governo do DF, talvez por falta de comunicação. De fato, os Municípios são de Goiás, não tem sentido o Governo do DF querer impor qualquer medida sem a conversa. A medida prevê que tem que ser discutido nas suas assembleias. Qualquer Município que queira ingressar na região metropolitana, isso tem que ser aprovado na assembleia legislativa. Agora, o ex-Senador Ronaldo Caiado apresentou aqui nesta Casa uma emenda, ainda como Senador, e depois o Deputado Delegado Waldir repetiu a mesma emenda, que inviabiliza praticamente a aprovação.

Fiz esse apelo ontem ao Relator, porque ele acabou envolvendo na região metropolitana o fundo constitucional, para que desse fundo fossem distribuídos e utilizados os recursos para a região metropolitana. Então, trouxe esse impasse.

Eu acho de suma importância a aprovação da medida, porque a gente precisa ter acordos de integração na polícia, saúde, segurança. Para V. Exa. ter ideia, qualquer bandido que vem aqui do Estado ou daqui mesmo sendo perseguido, quando chega na divisa a polícia não pode entrar porque é Município de Goiás. Da mesma forma, não tem sentido alunos que estudam aqui em Brasília – e são muitos...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) - ... da região de Águas Lindas, Novo Gama, Valparaíso - pagarem a passagem de um transporte interestadual, que é muito mais cara - V. Exa. sabe disso - e é controlada pela ANTT.



13 Abril 2019

No caso da região metropolitana, independentemente da questão de recurso, de se estabelecer de onde vem, é importante a aprovação só para fazer essa integração. Quantos alunos estudam em Brasília? Quantos trabalham? Então, a gente precisa...

Eu me lembro muito bem de que, em alguns governos anteriores, tentaram exatamente ajudar as regiões do Entorno. É óbvio que, quando há um hospital em Águas Lindas, em Valparaíso, isso diminui o fluxo de pessoas que vem para Brasília para fazer atendimento médico. Eu me lembro de que, nos dois últimos governos de que participei, ambos fizeram convênios, ajudando, inclusive, financeiramente, na manutenção, e um convênio com os hospitais da região metropolitana. Mas, depois, isso foi questionado, e estão respondendo até hoje exatamente por terem feito uma coisa que foi muito boa na época.

Então, essa lei, essa medida aprovada vai facilitar essa integração com o Estado de Goiás e de Minas Gerais também. Sugeri ao Relator que se criasse um fundo específico da região metropolitana ou que até se utilizasse parte do FCO (Fundo do Centro-Oeste), criando um percentual para a região metropolitana, o que é muito importante.

O DF tem que trabalhar integrado com essas regiões. Brasília não tem condições de criar um projeto de desenvolvimento econômico isoladamente. Nós temos que fazer em conjunto com a região metropolitana, para que as pessoas possam trabalhar onde moram, possam se fixar, ter mais facilidade e mais tempo realmente. Hoje as pessoas consomem quase duas horas, quase quatro horas por dia com transporte – ida e volta. Uma loucura! As pessoas perdem qualidade de vida, perdem convivência da família em função disso. Então, a gente tem que buscar uma melhoria para a região como um todo.

Eu sempre pensei na região – eu preparei, um tempo atrás, todo um projeto de governo –, porque sei – para mim, é muito claro – que nós não temos como resolver a questão de qualidade de vida do DF sem resolver a qualidade de vida do Entorno. Ninguém se separa apenas por uma pista ou por um rio. As pessoas têm o direito de ir e vir, e realmente a gente precisa pensar juntos na melhoria da qualidade de vida dessa região que V. Exa. tão bem conhece.

Então, eram essas as minhas considerações.

Reforço aqui a necessidade do apoio dos Srs. e das Sras. Senadoras para a aprovação desse projeto e, ao mesmo tempo, para buscarmos uma solução para a Medida Provisória 862, que trata da Região Metropolitana do Distrito Federal.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB -GO) – Amigo Senador Izalci Lucas, quero aproveitar, no escopo desse seu pronunciamento, com riqueza factual do tema quando fala de fundo, para lembrar aquilo com que o senhor ficou preocupado – o Senador Anastasia estava aqui e ficou aturdido quando eu trouxe os números... Eu fui ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Aliás, em tempo, aproveito – permita-me; Pátria amada, tenha conhecimento disto –, eu fiz questão, ontem, porque eu não sou oposição, eu tenho posição, de elogiar o Presidente Bolsonaro, nos seus 100 dias de Governo, pois ontem ele apresentou ações efetivas, necessárias, desde o décimo terceiro do Bolsa Família, até ações da educação, da segurança... Enfim, ontem ele apresentou notícias merecedoras de elogios.

E aproveito para também elogiar o Presidente Bolsonaro e o novo Ministro da Educação, que foi criticado por mim, por aquela infeliz fala sobre o Nordeste, porque manteve o Governo Bolsonaro, lá no novo Ministério da Educação, um homem qualificadíssimo, não sei se o senhor o



15

conhece, de um currículo invejável, que é o Presidente do FNDE, o Carlos Alberto Decotelli. E ele apresentou a mim, Senador Izalci, números de me deixarem aturdido.

Em Goiânia, por exemplo, lá está, há quase um ano, parado no Banco do Brasil – e o Banco do Brasil movimentando esse dinheiro, lucrando com ele –, porque o Prefeito irresponsável, ou mal informado, ou mal assessorado, o Prefeito Iris Rezende, de Goiânia, não sabe, R\$123 milhões para se investir na educação de Goiânia, que está um caos. O dinheiro está parado há quase um ano, e o Prefeito: "Ah, eu não sabia".

Eu fui lá e descobri esse trágico relato, que é para o Brasil inteiro. Até o citei, porque ele falou que, no Distrito Federal e no Espírito Santo, os exemplos são diferentes, ou seja, os gestores têm conhecimento. Mas, nas demais cidades, nos demais Municípios do Brasil, o retrato é o mesmo de Goiânia.

Em Águas Lindas, que V. Sa. pronunciou agora mesmo, e a citou, lá as escolas nem banheiros possuem, nem cadeiras. A educação é um caos em Águas Lindas de Goiás. E o Prefeito não sabia também. Ele tem lá, parados no Banco do Brasil, em conta, para investir em educação, R\$52 milhões. Ou seja, isso é uma... O Senador Esperidião Amin, de Santa Catarina, falou: "Kajuru, mas isso é um absurdo! Não é possível!".

Então, imagine quantos bilhões, Senador Izalci, o Governo repassou para esses Municípios! E os maus gestores, ou maus gestores ou irresponsáveis – não sei qual o adjetivo, porque às vezes realmente ele não sabe, por ignorância, por má gestão, por má assessoria –, não usam o dinheiro que está lá para ser investido na educação, que é do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Por isso, quero cumprimentar aqui o Governo Bolsonaro por manter lá este cidadão carioca, Carlos Alberto Decotelli, que fez esse levantamento, que ninguém havia feito antes, ninguém sabia disso – não sei se o senhor sabia –, de tantos bilhões que estão parados no Banco do Brasil, e o Banco do Brasil ganhando o dinheiro, movimentando, porque os Prefeitos não pegam esse dinheiro, dinheiro que pertence a cada Município, para o investimento na educação.

Eu só peguei carona no seu assunto para falar do FNDE, porque eu sei que o senhor tem profundo conhecimento dele.

- O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB DF) Aproveitando, Senador Kajuru, que V. Exa. levantou essa questão, quero ressaltar aqui a importância da medida que aprovamos, a PEC 61, exatamente pelo excesso de burocracia que existe no Brasil.
- V. Exa. cita o FNDE, eu conheço bem, pois nós perdemos milhões e milhões aqui no Distrito Federal. Inclusive, houve um acordo que fiz, em 2011 ainda, com o Ministro Mercadante, depois com o Ministro Mendonça, de construção de creche. O Governador anterior...
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB GO) Quando o senhor era Secretário da Educação?
- **O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB DF) Não, era Deputado Federal.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB GO) Deputado Federal.
- O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB DF) Mas consegui o recurso, nós conseguimos o recurso para construir 26 creches, dinheiro do FNDE.
- O problema também... Eu não sei se V. Exa. sabe que a coisa mais simples simples em comparação à manutenção é a construção. Você construir uma escola ou construir um hospital



não é tão oneroso quanto você depois mantê-lo anualmente, porque aí há a questão do custeio. Acho que muitos perdem, inclusive, recurso de investimento... Nós tínhamos, por exemplo, o Brasil Profissionalizado, em que a União disponibilizava aos Municípios a escola pronta; construíam com o recurso da União, equipavam, mas, a partir daí, a manutenção é do Município ou do Estado. E, aí, por questões de Lei de Responsabilidade Fiscal, com excesso de contratação, muitas vezes, não construíam escola e creches, exatamente porque não havia condições de tocar o custeio. Hoje, praticamente, construir um hospital médio tem quase o mesmo valor de custeio no ano. Então, há esse problema.

Nós estamos agora com o Hospital do Câncer. Para V. Exa. ter ideia, é também recurso que nós destinamos da bancada – nós destinamos na época 140 milhões, há 124 milhões – e que está na Caixa Econômica desde 2017. Tivemos reunião, eu estive lá ontem, na Caixa Econômica, cobrando isso. É muita burocracia.

E, por isso, os Prefeitos exigiram aqui, e o Senado respondeu...

- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB GO) Com razão.
- O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB DF) Com razão, porque há emendas de três, quatro, cinco anos, e a coisa não acontece muitas vezes por excesso... E, muitas vezes, há uma série de exigências, você cumpre as exigências, e, quando acha que está tudo certo, vêm mais três ou quatro exigências. E vai assim, ano e ano, e a coisa vai passando. Então, nós precisamos combater nesta Casa a questão da burocracia.

Para V. Exa. ter uma ideia...

(Soa a campainha.)

- O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB DF) Nessa reunião na Caixa Econômica, o nosso Presidente disse que, tanto faz ser uma emenda de R\$100 mil ou emenda de R\$10 milhões, a exigência é a mesma.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB GO) A mesma.
- O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB DF) O custo hoje de controle, às vezes, fica mais caro do que a própria emenda. Então, nós estamos trabalhando, porque existe já alguma resolução ministerial para que, até R\$750 mil, não haja as mesmas exigências dos grandes investimentos.
- **O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB GO) Claro.
- O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB DF) É por isso que a Caixa, com razão também, tem esse excesso de burocracia. É exatamente porque você sabe como funcionam o Tribunal de Contas, o Ministério Público...
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB GO) Claro.
- O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB DF) A responsabilidade é deles. Isso inibe, isso dificulta que o dinheiro chegue à ponta.

A PEC 61, que nós aprovamos com muita razão, vai na veia, o dinheiro entra direto para o Município. Lá, evidentemente, o tribunal de contas do Estado ou do Município, como já faz com o Fundo de Participação dos Municípios, tem que fiscalizar.

Agradeço a paciência de V. Exa.



17

Eram essas as minhas considerações.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, que é isso? Eu que agradeço, o Brasil que agradece por esse pronunciamento.

Infelizmente, hoje o brasileiro, o cidadão do bem, aquele que fornece a argamassa e não constrói o império, tem medo de ser Prefeito, não é? Por causa da despesa de que vai ser responsável! Amanhã, ele vai para a cadeia. Então, o homem de bem hoje tem medo de ser Prefeito.

Senador Izalci Lucas, eu não enxergo – só 3% pelo diabetes –, mas, aqui, pelo vulto, estão belas crianças. De onde são? Podem gritar aí.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – De onde são?

(Manifestação da galeria.)

- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB GO) Entendeu? Varjão?
- O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB DF. Fora do microfone.) Do Varjão.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB GO) De Varjão?
- O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB DF. Fora do microfone.) Varjão, Distrito Federal.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB GO) Ah, Varjão, do Distrito Federal. V. Exas., muitíssimo obrigado pela presença aqui nesta sexta-feira no Senado.

E eu volto a fazer um elogio ao Presidente Jair Bolsonaro, que aceitou a minha sugestão, dada ao Ministro Paulo Guedes, para parar com essa história de "Vossa Excelência". E ontem ele concordou. A partir de agora, a gente chama o colega de Sr. Senador ou de amigo, como, por exemplo, eu chamo o Izalci Lucas, do Distrito Federal, de Senador, de amigo, porque ele me convidou para jantar na casa dele. Então, quem me convida para ir a casa torna-se meu amigo, além da relação respeitosa que temos. Então, parabéns, Presidente Bolsonaro, para acabar com essa história de "Vossa Excelência". É "Sr. Presidente", é "Sr. Ministro", pronto e acabou. Foi uma sugestão minha. Eu fico feliz de ele ter concordado com o Ministro Paulo Guedes, que concordou também com essa minha humilde sugestão.

Agora, vou chamar para uso da tribuna, na ordem dos oradores inscritos, outro que considero amigo, amigo de telefonar para mim num sábado – não sei nem como ele tomou conhecimento, ele lá da Paraíba, de que eu estava hospitalizado por hipoglicemia. Preocupado comigo, mandou "zap", mensagem. Então, quem trata a gente assim a gente deve tratar como amigo. E, além de amigo, é meu Líder, é um exemplo da Paraíba para o Brasil, que é o Senador Veneziano Vital do Rêgo, com o uso regimental para a tribuna. Amigo, com prazer.

Eu vou só lhe pedir desculpas – e eu não lhe comuniquei, até deveria, como meu Líder, mas comuniquei aqui ao Presidente Izalci Lucas, que vai voltar à Presidência, porque eu ocupo esta Presidência aqui prazerosamente pela 12ª vez em 49 sessões –, pois eu estou indo para Goiânia. O amigo Veneziano sabe que hoje o Governo Bolsonaro, através do Ministério da Saúde, vai



conhecer o Centro Diabético de Goiás, criado por mim como Vereador, já funcionando desde junho do ano passado, e vai comprovar que lá pode ser um modelo para a sua Paraíba, para a sua Campina Grande, para todo o Brasil, para que todas as grandes cidades deste País tenham o mesmo Centro Diabético de Goiás, essa doença silenciosa, perigosa. Hoje, 48% das mortes do Brasil são provocadas pelo diabetes. Certamente, o Ministério da Saúde hoje, presente agora às 2h da tarde... E eu vou transmitir ao vivo, inclusive, pelas minhas redes sociais. Como eu estou indo de carro, eu lhe peço perdão, mas acompanharei pelo meu ponto eletrônico seu pronunciamento, que eu sempre acompanho com muita atenção.

Com prazer, Senador e amigo Veneziano Vital do Rêgo, da Paraíba, do PSB, nosso orgulhoso e histórico partido.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discursar.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos, meu abraço, compreensão plena, até porque, de forma muito cuidadosa, muito acurada, V.Exa. não abre mão, e não poderia ser diferente, das obrigações inerentes ao exercício do nosso mandato, aqui estando, como o Senador Izalci e outros tantos, em plena sexta-feira, para que nós debatamos e exponhamos o saldo de uma semana de trabalho. Então, leve meu abraço a todos os seus conterrâneos e os nossos cumprimentos pela iniciativa.

É importante que nós registremos, da mesma forma como ontem fiz aos amigos, menções em relatos sobre aquilo que necessariamente precisa ser feito como ajuda ao debate alusivo aos cem dias de Governo que se instalaram. Temos que ter a grandeza, como naturalmente e facilmente assim nos expomos e nos expusemos, de cumprimentar quando as iniciativas são valorosas, engrandecedoras, citando o caso específico desta ação do Governo Federal junto à capital goiana do centro de acompanhamento e tratamento de pessoas que têm diabetes. Esse é uma questão, hoje, que notadamente nos preocupa por força de que eu não diria avassaladores, mas crescentes registros em números que mostram a preocupação na população brasileira. Os cuidados, as políticas de prevenção, a forma como lidamos, é preciso que nos levantemos e tenhamos sempre a nossa atenção voltada. Um grande abraço, boa viagem, até a próxima segunda-feira, com as graças de Deus.

Meu Presidente, Senador Izalci Lucas, saudando todos os companheiros que aqui conosco se encontram, servidores do Senado Federal, saudando toda a população brasileira que nos distingue com a sua audiência através da TV Senado, ontem, eu utilizava a tribuna, primeiro, para fazer menções a uma conquista, na qual tivemos a sua participação, que foi a acolhedora decisão deste Plenário de votarmos a PEC 61, que beneficia os Municípios e que beneficiará os Estado brasileiros. Não foram discussões açodadas, até porque, mesmo sem a nossa presença, pois nos encontrávamos na Câmara Federal, o Senado, como instituição, o Congresso, como instituição, teve a oportunidade de debruçar-se, desde 2015, com a iniciativa apresentada pela então Senadora Gleisi Hoffmann. É muito importante que nós pontuemos e mostremos que temos o cuidado necessário e exigível quando nós legislamos, não apenas para apresentar por si sem um fundamento, sem uma causa e sem a preocupação de saber da eficiência daquilo que produzimos legislativamente. E foi o que ocorreu, claro que com as preocupações, que foram levantadas e aventadas por alguns pares nossos, preocupações que são também suas e minhas, de um acompanhamento, da transparência do lidar com os recursos públicos. Isso tudo confere à PEC 61 a certeza de que ela pode produzir os resultados que nós desejamos: menos burocracias, menos travas, menos desafiadores problemas postos aos Governadores, às senhoras e senhores gestores. Essa foi a única intenção que nos levou, naquela tarde noite de terça-feira, a aprovarmos, em dois



19

Sábado

turnos, a PEC 61, torcendo para que, na Câmara Federal, os Srs. Deputados possam também ter, e eu não duvido que terão, a mesma sensibilidade para celeremente aprová-la.

Também vejo eu a disposição da CCJ ao tratar sobre o orçamento impositivo, a fim de que nós não tenhamos apenas uma peça de ficção. Eu tratava e falava a esse respeito há muito tempo. Quando você constitui, quando você formata, quando você elabora, quando você propõe a discussão das peças orçamentárias provenientes dos Executivos, muito dali não se verifica no exercício posterior, muito dali não se trata senão de formalismos legais para se dizer que existe uma peça orçamentária e que, portanto, legalmente, os Executivos nos seus três níveis cumpriram com as suas devidas obrigações. Eu renovo o meu apoio à propositura que veio da Câmara, que foi retificada, com sugestões de aperfeiçoamento, e, portanto, retorna à Câmara dos Deputados para a sua devida apreciação.

Ontem, nós, em alguns minutos que nos restavam, sob a Presidência do Senador Eduardo Gomes, falávamos sobre os cem dias dos novos governantes, aqueles que, no dia 1º de janeiro, chegavam com essa missão honrosa de governar a sua gente, nos Estados e no País. As menções que dirigi a Sua Excelência o Presidente Jair Bolsonaro... E eu quero e vou continuar assim tratando-o, porque existem ritos que precisam ser levados em conta. Então, ele sempre será tratado por mim como Vossa Excelência, assim como os Senadores, enfim, as autoridades que se distinguem, afinal de contas, postos à frente, adiante de suas atribuições. Não custa nada. Isso não é desconhecer quem quer que seja. Isso é um trato que eu aprendi e haverei assim de continuar a ter. Então, nós falávamos sobre esses cem dias e falávamos também sobre as ponderações necessárias, porque, em cem dias, nenhum de nós pode estabelecer ou já exigir de tal forma e de tal sorte que um Governador de Estado ou que o próprio Presidente possa cumprir rigorosamente aquilo que se dispusera a fazer nos processos de disputas eleitorais.

Esses processos de disputas eleitorais são carregados. Eu lamento que assim seja, porque isso termina distorcendo o resultado final. Quem vai à urna, tendo ouvido durante um processo de debate eleitoral tantas e tantas promessas que mais parecem apelos populistas, não deixa de ter sido enganado, pois foi levado a crer que aqueles candidatos, aqueles proponentes com essas iniciativas irão fazê-las e, muitas das vezes, deixam de fazê-las. Eu tenho essa preocupação, Senador Izalci. A campanha de 2018 foi muito restritiva, foi muito reduzida a poucos setores, a poucas áreas, a poucos temas, não deixando de levá-los à consideração de muito importantes, como a questão da segurança pública, a questão do trato das autoridades, agentes administrativos, agentes políticos, com o dinheiro público – e aí nós falamos em corrupção –, mas muito se deixou de lado, questões importantíssimas em áreas sensíveis.

Vou começar diretamente a V. Exa... V. Exa. é um profundo conhecedor e, afinal de contas, construiu a sua carreira — não digo isso, porque não é carreira, mas a sua opção também do exercício político aqui no Distrito Federal — falando sobre educação. V. Exa. sabe, muito mais do que eu próprio, que nós não podemos improvisar nessas áreas. Nós não podemos improvisar em educação. Não nos é dado o direito de improvisar na área de saúde. Não nos é permitido, por hipótese alguma, falar improvisadamente, sem conceitos, sem métodos, sem uma análise científica, sobre segurança pública. Não é possível que nós falemos com achismos sobre relações entre o nosso País e comunidades estrangeiras.

Eu não sou um torcedor contra o Governo. Muito pelo contrário, porque seria de minha parte algo pequeno; seria de minha parte desconhecer que fazemos todos nós, que integramos todos nós uma Nação. Se ela vai bem, todos nós, individual e coletivamente, estaremos também indo bem. Do outro lado, se ela não vai de acordo com as pretensões, que são justas, legítimas, humanas, a



13 Abril 2019

gente também vai se ressentir. Agora, Presidente, quando a gente observa... E eu não sei quem convencionou estabelecer esse prazo referencial como prazo para que tenhamos um parâmetro de análise inicial de novos governos, não sei quem o fez, se foi algum agente político, se foi a imprensa, se foi alguma outra entidade. Enfim, eu acho que isso não foi muito feliz, até muito cáustico, muito duro, muito inclemente, por força de existirem situações em que o governante, em três meses, não tem essas condições, mas também não podemos desconhecer que nos é exigido cobrar pelo menos demonstrações, sinalizações do que se quer fazer, do que se quer produzir, de como se alcançará o desejado e do como se alcançará o pretendido. E isso eu não enxergo, Presidente Izalci. Isso eu não enxerguei.

O que me convence hoje é de que o Presidente Jair Bolsonaro não estava devidamente preparado, ele não estava devidamente consciente da grande e honrosa missão que teria, por decisões de brasileiros, de mais de 57 milhões de brasileiros, tendo sido, portanto, democrática e legitimamente, alçado à condição de nosso Chefe do Executivo. Ele não sabia o que estava por vir e não se cobrou conhecer, aprofundar-se, estudar, aliar-se a quem poderia ser de fato bons conselheiros.

Se não, vejamos. Vamos começar pelo tema que lhe é afeito: educação. São três meses, cem dias, que nós não tivemos o Ministério da Educação fazendo absolutamente nada, porque nós não tivemos gestão, nós não tivemos condução. E me recordo, não por força de estar diante de V. Exa., de que, quando o seu nome foi ventilado, eu muito torci, muito francamente torci, porque sabia que ali estava uma pessoa que conhece da matéria, que sabe ou saberia conduzir o Ministério da Educação, que tem livre trânsito e acesso com o Congresso Nacional. Eu fiquei muito feliz desde o primeiro momento. No segundo instante, eu dizia: "Quem sabe se não vai ser agora?". Lamento, isso não foi perda para o seu currículo; a mim me parece muito mais perda para nós brasileiros que poderíamos ter a sua compreensão exata de quem trata detalhadamente, com profundidade, esses graves problemas que se arrastam no item educação no nosso País. A escolha foi feita. Nós tivemos três meses perdidos. Não foi apresentada absolutamente nenhuma linha, não houve qualquer tipo de mensagem, não se estabeleceram quais seriam as metas, os objetivos, nada.

É bom que se registre e acompanhei a posição que foi adotada, quando ele foi sabatinado, quando esteve na Câmara Federal, por uma das integrantes daquela Casa, a Deputada paulista Tabata Amaral. Ela falou de forma percuciente, conhecedora também da matéria, inobstante muito jovem, mas que se exige, que se determinou a conhecer e, portanto, estudar...

Ontem, o Presidente fazia um esforço hercúleo – era preferível que ele não fosse chamado a ter que dar essas explicações ou a mostrar que tivera feito algo. Eu não vou também desconhecer de tudo que não tenham existido algumas iniciativas que possamos reconhecer, mas qual foi para a educação, além do desprestígio de uma pasta que deixou de ter um ministro, porque, quando teve um ministro, esse ministro voltou as costas aos brasileiros ofendendo-nos da forma mais inaceitável e incompreensível? Foi a de dizer que agora uma proposta legislativa chegará à Câmara para incluir a educação domiciliar. Eu vou de pronto anunciando que não conheço, haverei de ouvir os estudiosos, mas a minha primeira impressão é que essa, que é para o Presidente e para aqueles que o cercam uma iniciativa boa, é, ao meu ver, desastrosa, extremamente periclitante. Imaginar que tantos milhares de brasileiros que não estão tendo acesso ao banco escolar, muitas das vezes por força da omissão, da negligência criminosa, portanto, porque aviltando a Constituição e as suas previsões, não o faz... Nós teremos jovens que serão orientados por pais. Eu pergunto a V. Exa., não duvidando da sua formação, como V. Exa. poderia perguntar a mim: eu tenho dois filhos, amigos e amigas, e, se me fosse dada, oportunizada



a faculdade de transmitir, de orientá-los com educação domiciliar, eu estaria, Presidente, de fato, atualizado na grade curricular a ponto de ter a segurança de estar oferecendo aos meus filhos as informações precisas e necessárias? Sr. Presidente, eu tenho a humildade de dizer que não. Eu poderia até me sair razoavelmente bem quando fosse falar e orientá-los em história, em geografia, na língua portuguesa, mas, se fosse para falar sobre trigonometria, eu não lembraria, eu não estou atualizado. Se me fosse dada a obrigação de orientar os meus dois pequenos filhos para falar sobre física, sobre ótica, seria um desastre, porque eu não me lembro, eu não estou atualizado. Portanto, como nós pretendemos fazer essa educação domiciliar, Sr. Presidente? Não podemos improvisar, Sr. Presidente.

Outra sugestão que vai ser debatida na Câmara Federal é a decisão que coube ao Presidente de determinar a não renovação das instalações de barreiras, de radares. É improviso, Sr. Presidente! V. Exa., do Distrito Federal, sabe muito bem que aqui mesmo era um terror o número de eventos que levaram muitos brasilienses à morte antes da presença de barreiras, de radares eletrônicos. Foram situações que levaram o Distrito Federal a assumir uma decisiva e incisiva postura de instalação, e houve um decréscimo considerável... Você retirar, suprimir, extinguir isso quando nós somos a quinta Nação, o quinto País a registrar o maior número de mortes em trânsito é brincar com a vida!

E V. Exa. e quem estiver em casa podem dizer: "Não, mas existem muitas barreiras. Existem muitos radares". Não desconheço que isso de fato acontece principalmente nos Municípios, naqueles em que há municipalização por parte das suas superintendências. Campina Grande é um caso exorbitante em que uma verdadeira indústria de multas para arrecadar foi instalada, mas nas nossas rodovias, nas nossas BRs, não poderia ser possível que nós entendêssemos, principalmente porque não veio com qualquer embasamento de ordem técnica, de ordem científica, com estudos que mostrassem que, retirando-as, suprimindo-as, nós teríamos uma realidade tranquila, e não registros a mais de eventos que tanto nos chocam. Na educação, no trânsito, na política externa, o que é sine qua non, o que é premissa básica, é que todo país possa preservar as relações entre si e com outras nações, com outros Estados.

Nesses cem dias, o que nós observamos, a não ser um aquedamento, a não ser um ajoelhamento, uma subserviência, que nos deixou menores? Eu me sinto menor como brasileiro quando o Presidente Jair Bolsonaro vai aos Estados Unidos da América e, ao invés de se impor na condição de Presidente de uma grande República, e não de uma republiqueta, só faz dar – e traz de lá, na sua bagagem – abstracionismos, sinalizações do nada, nada em concreto. Essa é a realidade. Quando vai ao Estado de Israel, que merece de todos nós o respeito – como também a comunidade árabe -, quando se alimenta de um tipo de rixa, de prevenção, prejudicando, tremenda e consideravelmente, a nossa balança comercial; e sentiu tanto esse golpe que, ainda bem, teve a humildade em reconhecer, e ter um contato recente, anteontem, se eu não estiver enganado, com uma pessoa que tem muito equilíbrio, que se chama – a Deputada, companheira sua, companheira minha, de Câmara Federal, Ministra – Tereza Cristina, que deve ter chegado a ele e deve ter dito: "Presidente, não vamos tanto!" Nós temos uma balança comercial que, nesses últimos anos, tem nos garantido se não tudo que nós desejávamos, pelo menos um equilíbrio nessa balança; ou seja, nesses resultados de déficits, a balança comercial, o agronegócio, garantiu no Brasil essa melhor situação.

Então, também não pudemos observar algo que tenha demonstrado que o Itamaraty está no caminho certo. Na saúde, eu faço aqui uma menção e ressalvo a competência de um companheiro, também, nosso na Câmara Federal, o Ministro Mandetta – Deputado Federal, conhecedor do



assunto, profissional. Mas eu discordo quando, de maneira açodada, de afogadilho, improvisada, acaba-se com o Programa Mais Médicos, que teria, a olhos vistos, a consequência que nós estamos tendo agora, lamentavelmente, que é a ausência daqueles que se cadastraram num primeiro momento e que não foram cumprir as suas missões profissionais porque, sabidamente, nem todos estão dispostos a deslocarem-se para os locais, para as comunidades mais distantes, onde as condições que lhes são dadas não são as mais favoráveis. Dos inscritos, dos cadastrados, dos que aderiram, muitos desses, centenas desses, já não mais se reapresentaram; quando muito, se apresentaram.

Então, fala-se sobre improviso na área de saúde nesse ponto, mas também quero, pela grandeza que o mandato e que a nossa participação nos exige, agradecer a visita que o Ministro Mandetta fez ao nosso Estado da Paraíba, anunciando iniciativas importantes para o nosso Estado. Eu estou falando de uma maneira geral, mais ampla.

Na educação, nos preocupam tremendamente as relações externa de igual modo. Na segurança pública, Senador Izalci, a primeira medida sem ter o cuidado para conhecer, para acompanhar, para chamar a um debate sobre uma situação e uma problemática delicada, muito controversa, muito sensível, que não permite espaços para — repito — improvisações, achismos, ouvir dizer, que é a segurança pública. O Presidente lança mão de um decreto; anuncia em dezembro e faz publicar um decreto em janeiro da facilitação do acesso à posse de arma.

Pois bem, anteontem os próprios brasileiros, nós mesmos, que somos e estamos compelidos a uma situação indesejável, de quem venha a sair desse ambiente e ser admoestado a ir às ruas, de quem está em sua casa e diferentemente de ser em um condomínio, um apartamento, hoje quase não mais diferenças para que sejamos alvos de qualquer ação banditista. Nós queremos ver isso solucionado ou pelo menos minorado, Senador Izalci.

O Presidente, como uma iniciativa, salvadora, solucionadora vai e apresenta como essa um decreto, facilitando a posse de arma. Em pesquisa feita, repito, anteontem, os brasileiros, em mais do que 65% mostram que isso traria insegurança; 72% não concordam e esses 72%, da mesma forma como nós, querem debater e ver iniciativas que sejam solucionadoras, mas foi um improviso.

Não se buscou, por exemplo, o *Atlas da Violência*, que foi um estudo feito durante o ano de 2018 que mostra que algumas unidades, alguns programas, alguns exemplos em Estados brasileiros, em Municípios, têm dado resultado efetivo com outras ações, com políticas públicas preventivas, com ações em programas sociais, diferentemente do que se pensa por este Governo, que é entregando a arma ao cidadão, que muitas das vezes... Eu próprio, se me for entregue uma arma, eu estarei a manuseá-la contra a minha própria vida, porque eu não sei absolutamente como usá-la.

Mas o Presidente, em sua visão, e aqueles que o cercam, nas suas visões, imaginam que entregar um revolver a um cidadão é certeza de esse cidadão estar seguro. Chegou-se a dizer que se os professores da escola paulista em Suzano estivessem armados aquele lastimável evento que ceifou oito vidas inocentes e as duas dos que para lá foram causar essa dor nacional poderia ter sido evitado. Sr. Presidente, V. Exa. bem sabe que isso não aconteceria. Não é o fato de o professor estar armado que evitaria aquela situação tresloucada, absurda daqueles jovens que levaram à condoída situação de toda a Nação brasileira.

Então, Presidente, eu torço muito francamente, eu quero estar aqui durante o período que nos resta, iniciando tanto eu como V. Exa., essa primeira experiência do Senado Federal, para ser um colaborador, para ser um participante.



Sou um oposicionista, fui eleito pela oposição a partir de um momento em que o PSB apoiar uma outra candidatura... Não tenho direito, absolutamente, por força da minha posição, por força das minhas conviçções, de criar dificuldades, mas também não me perdoaria e não me seria dada a condição de desconhecer o dever que tenho para questionar. Nós estamos aqui para estabelecer esse debate.

Essa avaliação é uma avaliação crítica, mas extremamente racional, sobre aquilo que nós estamos a observar em áreas essencialmente delicadas: educação, saúde, relações exteriores, segurança pública e outras, que, da mesma forma, merecem a nossa compreensão.

Paralelamente, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar as ações que foram desenvolvidas em nosso Estado, querido e amado Estado da Paraíba, nesse início de três meses, cem dias, tendo à frente do Governador João Azevedo. E também o faço com base em números, também o faço com base em constatações.

Nós tivemos, na Paraíba, dois períodos mandamentais, principalmente os últimos cinco anos, de ação administrativa do então Governador Ricardo Coutinho, que colocou a Paraíba... Vou citar casos e não números que foram forjados, criados e apresentados pela ação do próprio Governo do Estado – nós todos podemos tê-los a conhecer.

Paraíba, hoje, entre os nove Estados do Nordeste, é o mais competitivo. Vejam e ouçam aqueles que se permitem: é um Estado com limites territoriais – Estado pequeno territorialmente, portanto –, que tem um PIB bem menor do que Estados mais fortes e portentosos, como o vizinho Estado de Pernambuco, o querido Estado do Ceará, o não menos querido Estado da Bahia. Mas, hoje, a Paraíba é o mais competitivo entre os demais Estados do Nordeste. A Paraíba tem, hoje, dados que mostram que a sua malha rodoviária é a segunda melhor do nosso País. A Paraíba, hoje, consegue cumprir com as obrigações, que não são favores, mas, diante dessa situação que, clamorosamente, nos preocupa e nos leva a apiedar-nos com tantos e tantos que têm sofrido, vemos um Estado que paga dentro do mês trabalhado, rigorosamente. Em nenhum mês, durante todo esse período, deixou de ter o servidor público o seu devido reconhecimento com o pagamento em sua conta, dentro do mês trabalhado.

Nesses três meses do Governador João Azevedo e da sua equipe, o que nós observamos? Observamos um trabalho que sequência, o que não é fácil. V. Exa. há de convir que, quando você sucede um governo exitoso, o primeiro risco é o da acomodação; o segundo é o de não fazer tanto quanto o seu antecessor assim pôde fazê-lo. O Governador João Azevedo, de uma maneira muito clara, tranquila, transparente, equilibrada, de forma humilde, assumia, dizendo, a grande tarefa: a de não se deixar – nem a ele nem aos seus companheiros que trabalham – acomodar diante de um resultado anterior e a de se exigir fazer mais. E tem conseguido! Tem conseguido ao estar, na próxima semana, em Campina Grande anunciando novas ações de investimento do Empreender; tem conseguido ao anunciar, anteontem, a instalação de centros de monitoramento.

Falando sobre segurança pública, nós tivemos, só nesse primeiro trimestre, uma diminuição de 25% dos fatos letais, dos crimes letais em nosso Estado. E temos decaído ano após ano, e o Atlas da Violência mostra isto: é um, entre poucos outros Estados, que tem demonstrado a capacidade de lidar com esse assunto não de forma apenas repressiva, mas também com investimentos – investimentos na educação, com o Gira Mundo; investimentos quando se fazem concursos públicos e já se anuncia um outro para a educação e para a Polícia Militar.

Enfim, eu quero saudar as ações do Governo do Estado da Paraíba, na pessoa de S. Exa., o Governador João Azevedo, ao tempo em que agradeço, e o Presidente Izalci também teve essa participação, em menos de 40 dias pôde o Governo do Estado, de uma forma muito diligente, de



13 Abril 2019

uma forma muito cuidadosa, responder às exigências do Banco Mundial, as exigências do próprio Governo Federal. Tendo feito o dever de casa, nós celebramos contratualmente uma parceria de US\$50 milhões de investimentos no Programa Cooperar, que não é de hoje, tem alguns anos, e que vai chegar, de uma forma mais efetiva, a Municípios que mudaram muito as suas feições, especialmente no nosso Cariri paraibano, num semiárido cáustico, duro, muito difícil de se viver. Mas nós precisamos criar as condições para que o nosso caririzeiro possa permanecer lá nas atividades econômicas, com melhores condições nos serviços públicos prestados, educação e saúde em especial.

Esses US\$ 50 milhões, com mais a contrapartida de outros US\$30 milhões, permitirão, num período de quatro anos, um investimento muito importante. E dessa forma, investindo na segurança hídrica, haveremos de ter, no final de quatro anos, a completa segurança hídrica em todas as regiões, particularmente no Curimataú paraibano e no nosso Cariri; e a continuação dos investimentos nos mais de 2.500km de estradas pavimentadas em asfalto, que foram feitas no Governo anterior e que continuam a ser feitas, não apenas nas ordens de serviços que foram dadas, mas em inaugurações que já foram permitidas serem feitas pelo Governo João Azevedo.

Então, a todos que fazem a administração pública estadual na Paraíba, os nossos cumprimentos, o nosso reconhecimento e a presença, o nosso papel que é o de aqui, no Senado Federal, continuar sendo um parceiro, sendo um interlocutor na defesa dos direitos, dos interesses municipalistas do nosso Governo do Estado.

Essa é a nossa obrigação, Senador Izalci, mas eu não poderia deixar de fazer as menções destes primeiros três exitosos meses iniciais da administração do Governador João Azevedo.

Um grande abraço a V. Exa. Muito grato pela atenção e a todos os demais outras e outros companheiros, de forma particular a todos que nos acompanharam pela TV Senado.

(Durante o discurso do Sr. Veneziano Vital do Rêgo, o Sr. Jorge Kajuru deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) - Agradeço a V. Exa. pelas palavras elogiosas à minha pessoa, ao meu trabalho, e quero dizer que eu sou também um admirador de V. Exa.

V. Exa. trabalha muito bem e não é à toa que será o nosso relator da política de turismo no Brasil.

Parabéns a V. Exa.

Como não há mais oradores inscritos, eu declaro encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 26 minutos.)



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 49<sup>a</sup> SESSÃO

**EXPEDIENTE** 

Requerimento





# SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 284, DE 2019

Realização de sessão especial, em 12 de julho, destinada a comemorar o Dia Nacional da Música e da Viola Caipira.

**AUTORIA:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN)



Página 1 de 7



Página: 1/3 11/04/2019 14:38:47

c4ed259a95bd2c66bc8eb58fd873f634c1cfb9bf

#### REQUERIMENTO Nº 284 DE 2019

Senhor Presidente.

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 12/07/2019, a fim de comemorarmos o Dia Nacional da Música e da Viola Caipira.

#### **JUSTIFICAÇÃO**

Considerando a riqueza da diversidade cultural brasileira não podemos deixar de exaltar a caipira que é sem sombra de dúvida uma das mais importantes tradições.

Quando se fala de ritmo musical que representa o caipira, um som que se propaga de um instrumento e se destaca dentre outros, é o da viola caipira. Sendo esta um dos seus principais símbolos.

Não obstante, as canções que são entoadas com o recurso da viola passam de geração em geração, cujas raízes são preservadas e respeitadas.

Assim, conservar a memória e a cultura brasileira fortalecem a nossa identidade. Afinal, quantas letras com mensagens das mais variadas são gravadas e regravadas, revelando histórias, registrando momentos da vida do homem do

Recebido em 11 / 04 Hora: 15:1

Parte integrante do Avulso do RQS nº 284 de 2019.

Matricula: 29861 SLSF/SGM

Página 2 de 7



campo e sua relação com a natureza e com os animais e também sua relação com a cidade e vice e versa.

Historicamente o dia 13 de julho é considerada uma data especial para a viola caipira, pois é o dia do nascimento de Cornélio Pires, que foi um grande precursor da música de viola.

Graças ao empenho de Cornélio Pires as primeiras gravações da música caipira viraram discos, em 1928. Ano este em que a indústria fonográfica brasileira lançou a música caipira e desse marco o artista a difundiu, passando a mesma a integrar os movimentos culturais do interior.

Cornélio Pires foi escritor, folclorista e etnógrafo da cultura caipira. Escreveu mais de vinte livros, registrando o vocabulário, a música, os termos e expressões usadas por essa tradição cultural.

Deste modo, em reconhecimento ao valor da cultura caipira e pela necessidade de sua preservação como patrimônio cultural brasileiro é que esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a realização da presente Sessão Especial

Sala das Sessões, 11 de abril de 2019.

#### Senador Izalci Lucas (PSDB - DF)

Assinatura	
	Assinatura



Página 3 de 7



Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 12/07/2019, a fim de comemorarmos o Dia Nacional da Música e da Viola Caipira.

Nome do Senador	Assinatura

SF/19450.25504-52 (LexEdit)

Página: 3/3 11/04/2019 14:38:47

c4ed259a95bd2c66bc8eb58fd873f634c1cfb9bf



Página 4 de 7



as assimaturas deste REQ

#### REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 12/07/2019, a fim de comemorarmos o Dia Nacional da Música e da Viola Caipira.

#### **JUSTIFICAÇÃO**

Considerando a riqueza da diversidade cultural brasileira não podemos deixar de exaltar a caipira que é sem sombra de dúvida uma das mais importantes tradições.

Quando se fala de ritmo musical que representa o caipira, um som que se propaga de um instrumento e se destaca dentre outros, é o da viola caipira. Sendo esta um dos seus principais símbolos.

Não obstante, as canções que são entoadas com o recurso da viola passam de geração em geração, cujas raízes são preservadas e respeitadas.

Assim, conservar a memória e a cultura brasileira fortalecem a nossa identidade. Afinal, quantas letras com mensagens das mais variadas são gravadas e regravadas, revelando histórias, registrando momentos da vida do homem do





Página 5 de 7



campo e sua relação com a natureza e com os animais e também sua relação com a cidade e vice e versa.

Historicamente o dia 13 de julho é considerada uma data especial para a viola caipira, pois é o dia do nascimento de Cornélio Pires, que foi um grande precursor da música de viola.

Graças ao empenho de Cornélio Pires as primeiras gravações da música caipira viraram discos, em 1928. Ano este em que a indústria fonográfica brasileira lançou a música caipira e desse marco o artista a difundiu, passando a mesma a integrar os movimentos culturais do interior.

Cornélio Pires foi escritor, folclorista e etnógrafo da cultura caipira. Escreveu mais de vinte livros, registrando o vocabulário, a música, os termos e expressões usadas por essa tradição cultural.

Deste modo, em reconhecimento ao valor da cultura caipira e pela necessidade de sua preservação como patrimônio cultural brasileiro é que esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a realização da presente Sessão Especial.

Sala das Sessões, 9 de abril de 2019

Senador/Izalci Lucas

Nome do Senador **Assinat** 

Página 6 de 7



Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 12/07/2019, a fim de comemorarmos o Dia Nacional da Música e da Viola Caipira.

SF/19478:09705-04 (LexEdit) Nome do Senador Assinatura

48a231bdfb429aea1443c9ad3bb766132a37e7e7

Página: 3/3 09/04/2019 19:05:05



Página 7 de 7



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES





#### **SENADO FEDERAL**

PARECER (SF) № 20, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 96, de 2017, que Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim **RELATOR:** Senadora Rose de Freitas

**RELATOR ADHOC:** Senador Styvenson Valentim

11 de Abril de 2019



#### PARECER N° DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2017 (PL nº 347/2015), da Deputada Rosangela Gomes, que acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar.

Relatora: Senadora ROSE DE FREITAS

#### I – RELATÓRIO

Vem para o exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 96, de 2017 (PL nº 347, de 2015, na casa de origem), que acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar.

Para tanto, a proposição modifica a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) para determinar que, quando da feitura do registro de ocorrência de violência contra a mulher, a autoridade policial, obrigatoriamente, informe se a vítima é pessoa com deficiência e se da agressão poderá ter resultado a condição de pessoa com deficiência, ou o agravamento de deficiência preexistente.

Em suas razões, a autora argumenta que é necessário elucidar se da violência sofrida resultou deficiência ou agravamento. Que é também necessário registrar se a deficiência da vítima fazia dela pessoa vulnerável e finalmente que é necessário produzir estatísticas sobre o assunto, o que o registro obrigatório torna possível. Também argumenta que o registro mais



preciso das circunstâncias da violência possibilita melhores investigação criminal e prestação jurisdicional.

A matéria foi distribuída para o exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e para o desta CDH, e vem a esta Comissão após ter sido aprovada na CCJ.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto.

#### II – ANÁLISE

Conforme os incisos IV e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposição referente aos direitos da mulher e aos das pessoas com deficiência. Portanto, é regimental o exame do PLC nº 96, de 2017.

Tampouco se enxergam óbices de constitucionalidade ou de juridicidade. A União é competente para legislar sobre a matéria, e deve fazêlo por meio deste Congresso Nacional, conforme disposto no art.22, inciso I, da Constituição Federal combinado com o *caput* do art. 48 do mesmo texto.

Não há como negar a relevância da matéria e o acerto do modo como foi tratada pela proposição em exame. Para falar de modo simples e direto, a matéria procura coibir a covardia ainda maior que é a prática de violência contra uma mulher com deficiência. Já vulneráveis em função da cultura e das instituições tradicionais, as mulheres com deficiência estão ainda mais expostas à covardia machista.

Conforme lembra o relatório aprovado na CCJ, 68% das ocorrências de violência contra pessoas com deficiência são contra mulheres, e 82% das ocorrências de violência sexual contra pessoas com deficiência são contra mulheres. Não resta dúvidas sobre a gravidade do problema.

A medida proposta é tão simples quanto eficiente. Não chega em boa hora, pois deveria ter vindo antes. Mas chega, enfim.

#### III - VOTO

Em razão dos argumentos expostos, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2017.



4

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





5



Sábado

### Senado Federal

# Relatório de Registro de Presença CDH, 11/04/2019 às 09h - 20<sup>a</sup>, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES SUPLENTES	
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. VAGO
JOSÉ MARANHÃO	3. VAGO
MAILZA GOMES	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)			
TITULARES		SUPLENTES	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE	
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	2. ROMÁRIO	PRESENTE
LASIER MARTINS	PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS	
JUÍZA SELMA		4. MARA GABRILLI	PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)		
	TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS		1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ	PRESENTE	2. VAGO
LEILA BARROS	PRESENTE	3. VAGO

	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
	TITULARES	SUPLENTES	
PAULO PAIM	PRESENTE	1. PAULO ROCHA	
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	2. ZENAIDE MAIA PRI	ESENTE

	PSD		
TITULARES		SUPLENTES	
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)		
TITULARES	SUPLENTES	
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO	
VAGO	2. VAGO	

#### **Não Membros Presentes**

FLÁVIO BOLSONARO MARCOS DO VAL CHICO RODRIGUES

12/04/2019 09:07:20 Página 1 de 1



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

(PLC 96/2017)

NA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, O PRESIDENTE DESIGNA O SENADOR STYVENSON VALENTIM RELATOR "AD HOC" DA MATÉRIA. EM SEGUIDA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO.

11 de Abril de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





## **SENADO FEDERAL**

PARECER (SF) № 21, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 140, de 2017, que Altera os Decretos-Lei nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim **RELATOR:** Senador Arolde de Oliveira





SF/19017.81136-40



#### SENADO FEDERAL Gabinete Senador Arolde de Oliveira

#### PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA. Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2017, de autoria do Deputado Federal Rubinelli, que altera os Decretos-Lei nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

Relator: Senador AROLDE DE OLIVEIRA

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 140, de 2017, de autoria do Deputado Federal Rubinelli, que altera o Código Penal e o Código de Processo Penal, a fim de revogar a circunstância atenuante e a redução dos prazos de prescrição em razão da idade inferior a 21 anos, bem como de reduzir a idade para o exercício do direito de queixa.

O art. 1º da matéria propõe-se a alterar os arts. 65 e 115 do Código Penal. No art. 65, exclui a menção ao agente do delito ser menor de 21 anos, na data do fato, como circunstância que sempre atenua a pena. Dessa forma, mantémse como circunstância que atenua a pena, no inciso I do art. 65, apenas a de ser o agente maior de 70 anos, na data da sentenca. Situação semelhante aplica-se ao art. 115. Ou seja, pela proposta, mantém-se a redução de metade dos prazos de prescrição apenas quando o criminoso era, na data da sentença, maior de 70 anos, excluindo-se do art. 115, portanto, a previsão de redução dos prazos quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 anos.

O art. 2º da proposição, por sua vez, altera, no art. 34 do Código de Processo Penal, o intervalo etário dentro do qual o direito de queixa pode ser exercido pelo ofendido ou por seu representante legal. Em vez da atual previsão

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Teotônio Vilela - Gabinete 19 - 70.165-900 - Brasília/DF Γelefone: +55 (61) 3303.6640 – sen.aroldedeoliveira@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2651733A002CDD49



# Gabinete Senador Arolde de Oliveira

legal, que dá tal direito ao ofendido menor de 21 e maior de 18 anos, o PLC transfere tal possibilidade para o menor de 18 e maior de 16 anos.

Por fim, o art. 3º do PLC determina que a lei dele resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da matéria elenca diversos casos de crimes bárbaros cometidos por menores de idade, de forma que, diante de tal quadro, entende não ser possível estabelecer privilégios.

Em plenário, foi apresentada a Emenda nº 1-PLEN, de autoria da Senadora Regina Sousa, que propôs a supressão do art. 1º do PLC.

A matéria foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na qual foi aprovada sob a relatoria ad hoc do Senador Valdir Raupp. Após a apresentação em plenário da Emenda nº 1-PLEN, a proposição retornou à CCJ, na qual recebeu relatório pela rejeição de tal Emenda, sob relatoria da Senadora Simone Tebet. A seguir, novamente em plenário, foi aprovado o Requerimento nº 117, de 2018, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que solicitava a apreciação do PLC por esta CDH. Nesta Comissão, a matéria foi inicialmente distribuída à relatoria do Senador José Medeiros e, após término da legislatura em 2018, continuou a tramitar nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal.

#### II – ANÁLISE

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, à CDH compete opinar sobre proteção à infância.

Entendemos que tanto as alterações propostas para o Código Penal, quanto para o Código de Processo Penal, são pertinentes.

O inciso I do art. 65 e o art. 115, ambos do Código Penal, foram instituídos pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984, que promoveu a reforma da parte geral do Código Penal. Nessa época, era vigente o Código Civil de 1916, que disciplinava que eram relativamente incapazes os maiores de 16 anos e os menores de 21 anos.

Entretanto, atualmente, entendemos que não se justifica mais a concessão desses benefícios. O Código Civil vigente estabelece que são

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Teotônio Vilela - Gabinete 19 - 70.165-900 - Brasília/DF Γelefone: +55 (61) 3303.6640 – <u>sen.aroldedeoliveira@senado.leg.br</u>

SF/19017.81136-40

SF/19017.81136-40

Sábado



## Gabinete Senador Arolde de Oliveira

relativamente incapazes os maiores de 16 e menores de 18 anos. Assim, os maiores de 18 anos são plenamente capazes, à semelhança do que acontece com a imputabilidade penal, que também tem início aos 18 anos de idade.

Dessa forma, se o infrator da lei, maior de 18 e menor de 21 anos de idade, por presunção legal, é plenamente capaz de entender o caráter ilícito de seus atos, tanto no âmbito civil quanto na seara penal, deve responder da mesma forma que os maiores de 21 anos, não se justificando mais a concessão dos benefícios previstos no inciso I do art. 65 e no art. 115 do Código Penal.

Por sua vez, o mesmo entendimento pode ser aplicado à alteração proposta pelo PLC ao art. 34 do Código de Processo Penal. Não se justifica que um ofendido que apresenta idade maior de 18 e menor 21 anos, ou seja, que atingiu a maioridade tanto no âmbito civil como no penal, seja representado legalmente no exercício do direito de queixa.

Sendo assim, a nosso ver, a alteração proposta pelo Projeto se mostra adequada, ao reduzir a faixa etária em que o exercício do direito de queixa do ofendido é concorrente com o do representante legal para "menor de dezoito e maior de dezesseis anos".

Por tais motivos, ademais, entendemos que a Emenda 1º-PLEN não merece ser acolhida, pois ela retira o principal mérito do projeto – nomeadamente, as adequadas alterações aos arts. 65 e 115 do Código Penal.

#### III - VOTO

Diante do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2017e pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Teotônio Vilela - Gabinete 19 - 70.165-900 - Brasília/DF Telefone: +55 (61) 3303.6640 – sen.aroldedeoliveira@senado.leg.br

43



### Senado Federal

5

# Relatório de Registro de Presença CDH, 11/04/2019 às 09h - 20a, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)		
TITULARES SUPLENTES		
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS	
MARCELO CASTRO	2. VAGO	
JOSÉ MARANHÃO	3. VAGO	
MAILZA GOMES	4. VAGO	
VAGO	5. VAGO	

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)			
TITULARES		SUPLENTES	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE	
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	2. ROMÁRIO	PRESENTE
LASIER MARTINS	PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS	
JUÍZA SELMA		4. MARA GABRILLI	PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)		
TITULARES		SUPLENTES
FLÁVIO ARNS		1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ	PRESENTE	2. VAGO
LEILA BARROS	PRESENTE	3. VAGO

	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
	TITULARES	SUPLENTES	
PAULO PAIM	PRESENTE	1. PAULO ROCHA	
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	2. ZENAIDE MAIA PRI	ESENTE

	PSD		
TITULARES		SUPLENTES	
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)		
TITULARES	SUPLENTES	
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO	
VAGO	2. VAGO	

#### **Não Membros Presentes**

FLÁVIO BOLSONARO MARCOS DO VAL CHICO RODRIGUES

12/04/2019 09:07:20 Página 1 de 1



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

(PLC 140/2017)

NA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR AROLDE DE OLIVEIRA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO E PELA REJEIÇÃO DA EMENDA № 1-PLEN.

11 de Abril de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação **Participativa** 





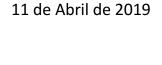
## **SENADO FEDERAL**

PARECER (SF) № 22, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei n° 1232, de 2019, da Senadora Mara Gabrilli, que Altera o inciso XVIII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências", para incluir os dependentes do trabalhador na hipótese de saque do FGTS para aquisição de órteses e próteses, em razão de deficiência.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senador Romário







#### SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (PODEMOS-RJ) , DE 2019

PARECER Nº

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.232, de 2019, que altera o inciso XVIII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências", para incluir os dependentes do trabalhador na hipótese de saque do FGTS para aquisição de órteses e próteses, em razão de deficiência.

RELATOR: Senador ROMÁRIO

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 1.232, de 2019, de autoria da Senadora Mara Gabrilli. A iniciativa altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para incluir os dependentes do trabalhador na hipótese de saque do fundo para aquisição de órteses e próteses, em razão de deficiência.

O PL, em seu art. 1º, propõe-se a alterar o inciso XVIII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, que trata da possibilidade de movimentação da conta do FGTS quando o próprio trabalhador com deficiência, por prescrição, necessitar adquirir órtese ou prótese que lhe promova acessibilidade e inclusão social. A esse dispositivo o PL intenciona acrescentar qualquer dos dependentes com deficiência do trabalhador como elegível ao beneficio.



Senado Federal - Anexo II bloco A subsolo - Ala Senador Nilo Coelho - Gabinete 11 - CEP 70165-900 - Brasília / DF Telefone: (61) 3303-6517 – romario@senador.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2651733A002CDD49

13 Abril 2019

SF/19927.78870-06

O art. 2º da proposição, por sua vez, determina a entrada em vigor da futura Lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, a autora da proposição observa que a Lei Brasileira de Inclusão, tendo sido um marco na legislação brasileira alusiva à pessoa com deficiência, logrou êxito em inserir o citado inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990. Pondera, contudo, que se faz necessário o aprimoramento de tal dispositivo. Assim, a exemplo do que já fazem outros incisos do mesmo art. 20, que tratam da possibilidade de saque do FGTS motivado por fatores vinculados aos dependentes do trabalhador, cabe estender tal alternativa também ao inciso XVIII, em respeito ao princípio da isonomia.

A matéria foi distribuída à CDH e, na sequência, seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais, cabendo a esta a decisão terminativa.

Não foram recebidas emendas.

#### II – ANÁLISE

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência. Portanto, é regimental o exame pela CDH do PL nº 1.232, de 2019.

Ademais, a proposição encontra respaldo no inciso XIV do art. 24 da Constituição Federal, que atribui à União competência legislativa concorrente para legislar igualmente sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência.

Deve-se ter em conta que o FGTS constitui um valor de titularidade exclusiva do trabalhador. Muitos o consideram uma poupança forçada; outros o chamam de um seguro laboral. Independentemente de onde esteja a razão, certo é que aquele recurso guardado todo mês, equivalente a 8% da remuneração bruta do trabalhador, apenas a ele pertence.

E é certo que tal reserva vem muito a calhar quando os trabalhadores passam por dificuldades. A lei já autoriza várias situações em que o dinheiro do FGTS pode ser sacado. Não seria razoável que o assalariado seja penalizado, não podendo ter acesso a um dinheiro que é seu justamente no momento em que mais precisa dele.



4

As pessoas com deficiência, como todos sabemos, têm direito à diferença, mas também têm direito à igualdade de condições. Ora, se uma prótese ou órtese for condição necessária para que o trabalhador ou seu dependente goze de inclusão social, então é plenamente justo que aquela família possa usar seus recursos para adquirir o aparelho que tanta diferença fará no dia-a-dia. Assim, é totalmente justo que não só em favor do trabalhador, mas também de seu dependente com deficiência, como já acontece em outras situações, o FGTS possa ser movimentado para a aquisição de prótese ou órtese, quando houver prescrição médica.

Não seria nada justo que uma família não possa satisfazer sua mais elementar necessidade de acessibilidade e de inclusão social em razão de uma dificuldade desnecessária criada pelo Estado.

O projeto, portanto, é meritório.

#### III - VOTO

Diante do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.232, de 2019.

Sala da Comissão,

Romário Faria, Relator PODEMOS(RJ)



5



Sábado

### Senado Federal

# Relatório de Registro de Presença CDH, 11/04/2019 às 09h - 20<sup>a</sup>, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES SUPLENTES	
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. VAGO
JOSÉ MARANHÃO	3. VAGO
MAILZA GOMES	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)			
TITULARES		SUPLENTES	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE	
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	2. ROMÁRIO	PRESENTE
LASIER MARTINS	PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS	
JUÍZA SELMA		4. MARA GABRILLI	PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)		
TITULARES SUPLENTES		
FLÁVIO ARNS		1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ	PRESENTE	2. VAGO
LEILA BARROS	PRESENTE	3. VAGO

	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
	TITULARES	SUPLENTES	
PAULO PAIM	PRESENTE	1. PAULO ROCHA	
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	2. ZENAIDE MAIA PRI	ESENTE

	PSD		
TITULARES		SUPLENTES	
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

#### **Não Membros Presentes**

FLÁVIO BOLSONARO MARCOS DO VAL CHICO RODRIGUES

12/04/2019 09:07:20 Página 1 de 1



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

(PL 1232/2019)

NA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR ROMÁRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO.

11 de Abril de 2019

**Senador PAULO PAIM** 

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





## **SENADO FEDERAL**

PARECER (SF) № 23, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão n° 6, de 2019, que Tornar santinhos obrigatóriamente biodegradáveis.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim **RELATOR:** Senador Acir Gurgacz

11 de Abril de 2019





Sábado

2



#### PARECER N° , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 6, de 2019, do Programa e-Cidadania, para tornar santinhos obrigatoriamente biodegradáveis.

Relator: Senador ACIR GURGACZ

#### I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a Sugestão (SUG) nº 6, de 2019, que busca tornar santinhos obrigatoriamente biodegradáveis.

A Sugestão decorre da Ideia nº 111.201, apresentada por meio do Portal e-cidadania pelo Sr. Pedro Carvalho, e contou com o apoio de no mínimo vinte mil cidadãos em período inferior a quatro meses, conforme exigência prevista no parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, exigindo-se ainda o exame da Sugestão pela CDH.

Segundo a justificativa, a cada ano eleitoral, as ruas são inundadas com santinhos dos candidatos a cargos do governo, que além de sujar as ruas entopem bueiros e podem causar inundações em algumas localidades. Tornar obrigatório eles serem biodegradáveis evitaria possíveis danos ambientais e enchentes.



3



#### SENADO FEDERAL

#### II - ANÁLISE

De acordo com o inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas.

A Sugestão é meritória e se alinha com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010), que tem entre seus objetivos a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (art. 7º, II).

A cada ciclo eleitoral, toneladas de material de propaganda impressa dos candidatos (popularmente denominados "santinhos") são produzidas, muitas vezes tendo como destino uma disposição final não adequada. Por exemplo, conforme cita o autor da Sugestão em análise, esse material descartado e não recolhido de forma adequada acaba por entupir sistemas de drenagem pluvial, agravando o quadro de enchentes e inundações associado à precariedade desses sistemas.

Exigir que os "santinhos" sejam produzidos a partir de material biodegradável pode diminuir sensivelmente esse problema, além de incentivar o setor de produção de material biodegradável.

Esses materiais representam solução para muitos impactos ambientais causados pela geração de resíduos sólidos. A biodegradação é um processo de alteração resultante da ação de micro-organismos, em que o material original transforma-se mais facilmente em fragmentos e moléculas menores, diminuindo seu tempo de decomposição. Materiais biodegradáveis são cada vez mais utilizados em embalagens feitas de papel ou de plástico.

Portanto, exigir que a propaganda eleitoral impressa seja feita a partir de material biodegradável trará diversos impactos ambientais positivos. Sobretudo, o





#### SENADO FEDERAL

material biodegradável será mais facilmente decomposto, diminuindo problemas como entupimento de bueiros e o excessivo volume de resíduos sólidos destinado a aterros.

#### III - VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 6, de 2019, na forma do seguinte Projeto de Lei, para que passe a tramitar como proposição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa:

#### PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Torna obrigatória a produção impressa de propaganda eleitoral a partir de material biodegradável.

#### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A produção impressa de propaganda eleitoral será realizada somente a partir da utilização de material biodegradável.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala das Comissões, 27 de março de 2019.

## Senador ACIR GURGACZ PDT/RO



### Senado Federal

5

## Relatório de Registro de Presença CDH, 11/04/2019 às 09h - 20a, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES SUPLENTES	
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. VAGO
JOSÉ MARANHÃO	3. VAGO
MAILZA GOMES	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)			
TITULARES		SUPLENTES	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE	
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	2. ROMÁRIO	PRESENTE
LASIER MARTINS	PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS	
JUÍZA SELMA		4. MARA GABRILLI	PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)		
TITULARES SUPLENTES		
FLÁVIO ARNS		1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ	PRESENTE	2. VAGO
LEILA BARROS	PRESENTE	3. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
	TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM	PRESENTE	1. PAULO ROCHA
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	2. ZENAIDE MAIA PRESENT

	PSD		
TITULARES		SUPLENTES	
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

#### **Não Membros Presentes**

FLÁVIO BOLSONARO MARCOS DO VAL **CHICO RODRIGUES** 

12/04/2019 09:07:20 Página 1 de 1



(SUG 6/2019)

NA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR ACIR GURGACZ, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL À SUGESTÃO, NA FORMA DO PROJETO DE LEI DO SENADO QUE APRESENTA.

11 de Abril de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



# REQUERIMENTOS DE LICENÇA





## Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 15

RQM nº 090/2019	Ciro Nogueira	RISF Art. 13	20/02/2019	Atividade parlamentar. Participar da 73ª Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas.
RQM nº 091/2019	Telmário Mota	RISF Art. 13	04/04/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 092/2019	Daniella Ribeiro	RISF Art. 43, I	02/04/2019	Licença saúde.
RQM nº 093/2019	Humberto Costa	RISF Art. 13	04/04/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 094/2019	Arolde de Oliveira	RISF Art. 13	28/03/2019	Atividade parlamentar.
RQM n° 095/2019	Zequinha Marinho	RISF Art. 13	04/04/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 096/2019	Jean Paul Prates	RISF Art. 13	03/04/2019 e 04/04/2019	Atividade parlamentar. Participar da Conference at Havard & Mit 2019.
RQM nº 097/2019	Jader Barbalho	RISF Art. 13	De 02/04/2019 a 04/04/2019	Atividade parlamentar.
RQM n° 098/2019	Zequinha Marinho	RISF Art. 13	09/04/2019	Atividade parlamentar.
RQM n° 099/2019	Mailza Gomes	RISF Art. 13	11/04/2019	Atividade parlamentar. Realizar visita ao parque tecnológico Sapiens Parque.
RQM nº 100/2019	Humberto Costa	RISF Art. 13	11/04/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 101/2019	Renan Calheiros	RISF Art. 13	11/04/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 102/2019	Humberto Costa	RISF Art. 13	16/04/2019 e 17/04/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 103/2019	Renan Calheiros	RISF Art. 13	02/04/2019 e 03/04/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 104/2019	Luiz do Carmo	RISF Art. 13	02/04/2019	Atividade parlamentar.



## Requerimentos de Missão sem Ônus. Total: 1

Requerimento	Parlamentar	Dispositivo	Período	Evento
RQM nº 105/2019	Vanderlan Cardoso	art. 40, § 1°	De 23/02/2019 a 02/03/2019	Participar da Mobile Word Congress 2019, em Barcelona, Espanha.



### COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

#### **Bahia**

PSD - Otto Alencar\*
PSD - Angelo Coronel\*\*
Bloco-PT - Jaques Wagner\*\*

#### Rio de Janeiro

Bloco-PODE - Romário\*
PSD - Arolde de Oliveira\*\*
Bloco-PSL - Flávio Bolsonaro\*\*

#### Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha\*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama\*\*
Bloco-PDT - Weverton\*\*

#### Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha\* Bloco-MDB - Jader Barbalho\*\* Bloco-PSC - Zequinha Marinho\*\*

#### Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho\* Bloco-PT - Humberto Costa\*\* Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos\*\*

#### São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra\*
Bloco-PSL - Major Olimpio\*\*
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli\*\*

#### **Minas Gerais**

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia\* PSD - Carlos Viana\*\* Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco\*\*

#### Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo\* (S) Bloco-PSB - Jorge Kajuru\*\* Bloco-PP - Vanderlan Cardoso\*\*

#### Mato Grosso

Bloco-PR - Wellington Fagundes\*
Bloco-DEM - Jayme Campos\*\*
Bloco-PSL - Juíza Selma\*\*

#### Rio Grande do Sul

Bloco-PODE - Lasier Martins\* Bloco-PP - Luis Carlos Heinze\*\* Bloco-PT - Paulo Paim\*\*

#### Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati\* Bloco-PDT - Cid Gomes\*\* Bloco-PODE - Eduardo Girão\*\*

#### Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão\* Bloco-PP - Daniella Ribeiro\*\* Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo\*\*

#### **Espírito Santo**

Bloco-PODE - Rose de Freitas\* Bloco-REDE - Fabiano Contarato\*\* Bloco-CIDADANIA - Marcos do Val\*\*

#### Piauí

Bloco-PODE - Elmano Férrer\* Bloco-PP - Ciro Nogueira\*\* Bloco-MDB - Marcelo Castro\*\*

#### **Rio Grande do Norte**

Bloco-PT - Jean Paul Prates\* (S)
Bloco-PODE - Styvenson Valentim\*\*
Bloco-PROS - Zenaide Maia\*\*

#### **Santa Catarina**

Bloco-MDB - Dário Berger\* Bloco-PP - Esperidião Amin\*\* Bloco-PR - Jorginho Mello\*\*

#### Alagoas

Bloco-PROS - Renilde Bulhões\* (S) Bloco-MDB - Renan Calheiros\*\* Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha\*\*

#### Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves\* Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira\*\* Bloco-PT - Rogério Carvalho\*\*

#### **Mandatos**

#### **Amazonas**

PSD - Omar Aziz\*
Bloco-MDB - Eduardo Braga\*\*
Bloco-PSDB - Plínio Valério\*\*

#### Paraná

Bloco-PODE - Alvaro Dias\*
Bloco-REDE - Flávio Arns\*\*
Bloco-PODE - Oriovisto Guimarães\*\*

#### Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes\* (S) Bloco-MDB - Marcio Bittar\*\* PSD - Sérgio Petecão\*\*

#### Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet\*
PSD - Nelsinho Trad\*\*
Bloco-PSL - Soraya Thronicke\*\*

#### **Distrito Federal**

S/Partido - Reguffe\*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas\*\*
Bloco-PSB - Leila Barros\*\*

#### Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz\*
Bloco-MDB - Confúcio Moura\*\*
Bloco-DEM - Marcos Rogério\*\*

#### **Tocantins**

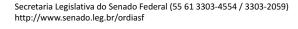
Bloco-PDT - Kátia Abreu\*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes\*\*
PSD - Irajá\*\*

#### Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre\*
PSD - Lucas Barreto\*\*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues\*\*

#### Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota\* Bloco-DEM - Chico Rodrigues\*\* Bloco-PRB - Mecias de Jesus\*\*





### COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

#### Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 20 MDB-13 / PP-6 / PRB-1

#### Confúcio Moura. . . . . . . . . . . . . . . . MDB / RO Dário Berger. . . . . . . . . . MDB / SC Eduardo Braga. . . . . . . . . . . . . . . . MDB / AM Eduardo Gomes. . . . . . . . . . . . MDB / TO Fernando Bezerra Coelho. . . . . . . . . . . . . MDB / PE Jader Barbalho..... MDB / PA Jarbas Vasconcelos. . . . . . . . . . . . . MDB / PE José Maranhão..... MDB / PB Luiz do Carmo. . . . . . . . . . . . MDB / GO Marcelo Castro. . . . . . . . . . . . MDB / PI Marcio Bittar. . . . . . . MDB / AC Simone Tebet. . . . . . . . . . . . . . . . . MDB / MS

## Riggo Parlamentar PSDR/PODE/PSI - 20

BIOCO Parlamentar PSDB/PODE/PSL - 20		
PSDB-8 / PODE-8 / PSL-4		
Alvaro Dias	ODE / PR	
Antonio Anastasia	SDB / MG	
Eduardo Girão	ODE / CE	
Elmano Férrer	PODE / PI	
Flávio Bolsonaro	PSL / RJ	
Izalci Lucas	SDB / DF	
José Serra	PSDB / SP	
Juíza Selma	PSL / MT	
Lasier Martins	ODE / RS	
Major Olimpio	. PSL / SP	
Mara Gabrilli	PSDB / SP	
Oriovisto Guimarães	ODE / PR	
Plínio Valério	SDB / AM	
Roberto Rocha	SDB / MA	
Rodrigo Cunha F	PSDB / AL	
Romário	ODE / RJ	
Rose de Freitas	PODE / ES	
Soraya Thronicke	PSL / MS	
Styvenson Valentim	ODE / RN	
Tasso Jereissati	PSDB / CE	

#### Bloco Parlamentar Senado Independente - 13 PDT-4 / CIDADANIA-3 / PSR-3 / REDF-3

PDT-4 / CIDADANIA-3 / PSB-3 / REDE-3	
Acir Gurgacz	PDT / RO
Alessandro Vieira Cli	DADANIA / SE
Cid Gomes	PDT / CE
Eliziane Gama CID	ADANIA / MA
Fabiano Contarato	REDE / ES
Flávio Arns	REDE / PR
Jorge Kajuru	PSB / GO
Kátia Abreu	PDT / TO
Leila Barros	PSB / DF
Marcos do Val CI	DADANIA / ES
Randolfe Rodrigues	. REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo	PSB / PE
Weverton	PDT / MA
PSD - 9	
Angelo Coronel	BA
Arolde de Oliveira	RJ
Carlos Viana	MG
Irajá	TO
Lucas Barreto	AP
Nelsinho Trad	MS
Omar Aziz	AM
Otto Alencar	BA
Sérgio Petecão	AC
Bloco Parlamentar da Resistência Democra	ática - 9
PT-6 / PROS-3	DT / DE
Humberto Costa	
Jaques Wagner	
Jean Paul Prates	
Paulo Paim	
Paulo Rocha	
Renilde Bulhões	
Rogério Carvalho	
Telmário Mota	
Zenaide Maia	. PROS / RN
Bloco Parlamentar Vanguarda - 9 DEM-6 / PR-2 / PSC-1	
Chico Rodrigues	DFM / RR
Davi Alcolumbre	
Jayme Campos	
Jorginho Mello	
Marcos Rogério	
Maria do Carmo Alves	
Rodrigo Pacheco	
Wellington Fagundes	
Zequinha Marinho	
S/Partido - 1	
Reguffe	DF
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil	
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL	
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	
PSD	
S/Partido	1
TOTAL	81

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059) http://www.senado.leg.br/ordiasf



#### COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz\* (PDT-RO) Alessandro Vieira\*\* (CIDADANIA-SE) Alvaro Dias\* (PODE-PR) Angelo Coronel\*\* (PSD-BA) Antonio Anastasia\* (PSDB-MG) Arolde de Oliveira\*\* (PSD-RJ) Carlos Viana\*\* (PSD-MG) Chico Rodrigues\*\* (DEM-RR) Cid Gomes\*\* (PDT-CE) Ciro Nogueira\*\* (PP-PI) Confúcio Moura\*\* (MDB-RO) Daniella Ribeiro\*\* (PP-PB) Dário Berger\* (MDB-SC) Davi Alcolumbre\* (DEM-AP) Eduardo Braga\*\* (MDB-AM) Eduardo Girão\*\* (PODE-CE) Eduardo Gomes\*\* (MDB-TO) Eliziane Gama\*\* (CIDADANIA-MA) Elmano Férrer\* (PODE-PI) Esperidião Amin\*\* (PP-SC) Fabiano Contarato\*\* (REDE-ES) Fernando Bezerra Coelho\* (MDB-PE) Flávio Arns\*\* (REDE-PR) Flávio Bolsonaro\*\* (PSL-RJ) Humberto Costa\*\* (PT-PE) Irajá\*\* (PSD-TO) Izalci Lucas\*\* (PSDB-DF)

Jader Barbalho\*\* (MDB-PA) Jaques Wagner\*\* (PT-BA) Jarbas Vasconcelos\*\* (MDB-PE) Jayme Campos\*\* (DEM-MT) Jean Paul Prates\* (PT-RN) Jorge Kajuru\*\* (PSB-GO) Jorginho Mello\*\* (PR-SC) José Maranhão\* (MDB-PB) José Serra\* (PSDB-SP) Juíza Selma\*\* (PSL-MT) Kátia Abreu\* (PDT-TO) Lasier Martins\* (PODE-RS) Leila Barros\*\* (PSB-DF) Lucas Barreto\*\* (PSD-AP) Luis Carlos Heinze\*\* (PP-RS) Luiz do Carmo\* (MDB-GO) Mailza Gomes\* (PP-AC) Major Olimpio\*\* (PSL-SP) Mara Gabrilli\*\* (PSDB-SP) Marcelo Castro\*\* (MDB-PI) Marcio Bittar\*\* (MDB-AC) Marcos Rogério\*\* (DEM-RO) Marcos do Val\*\* (CIDADANIA-ES) Maria do Carmo Alves\* (DEM-SE) Mecias de Jesus\*\* (PRB-RR) Nelsinho Trad\*\* (PSD-MS) Omar Aziz\* (PSD-AM)

Otto Alencar\* (PSD-BA) Paulo Paim\*\* (PT-RS) Paulo Rocha\* (PT-PA) Plínio Valério\*\* (PSDB-AM) Randolfe Rodrigues\*\* (REDE-AP) Reguffe\* (S/Partido-DF) Renan Calheiros\*\* (MDB-AL) Renilde Bulhões\* (PROS-AL) Roberto Rocha\* (PSDB-MA) Rodrigo Cunha\*\* (PSDB-AL) Rodrigo Pacheco\*\* (DEM-MG) Rogério Carvalho\*\* (PT-SE) Romário\* (PODE-RJ) Rose de Freitas\* (PODE-ES) Sérgio Petecão\*\* (PSD-AC) Simone Tebet\* (MDB-MS) Soraya Thronicke\*\* (PSL-MS) Styvenson Valentim\*\* (PODE-RN) Tasso Jereissati\* (PSDB-CE) Telmário Mota\* (PROS-RR) Vanderlan Cardoso\*\* (PP-GO) Veneziano Vital do Rêgo\*\* (PSB-PB) Wellington Fagundes\* (PR-MT) Weverton\*\* (PDT-MA) Zenaide Maia\*\* (PROS-RN)

Zequinha Marinho\*\* (PSC-PA)

Oriovisto Guimarães\*\* (PODE-PR)

#### **Mandatos**



Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059) http://www.senado.leg.br/ordiasf

## COMPOSIÇÃO

### **COMISSÃO DIRETORA**

#### **PRESIDENTE**

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODE-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (PSL-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

#### SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (CIDADANIA-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)





### **LIDERANÇAS**

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/PRB) - 20	Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE/PSDB/PSL) - 20	Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/CIDADANIA/PSB/REDE) - 13
Líder	Líder	Líder
Esperidião Amin - PP (26)	Eduardo Girão - PODE (24)	Veneziano Vital do Rêgo - PSB (23)
Líder do MDB - 13	Líder do PODE - 8	Líder do PDT - 4
Eduardo Braga (11,25,33)	Alvaro Dias (1)	Weverton (2)
Líder do PP - 6	Vice-Líderes do PODE	Líder do CIDADANIA - 3
Daniella Ribeiro (5)	Oriovisto Guimarães <sup>(29)</sup> Rose de Freitas <sup>(28)</sup>	Eliziane Gama <sup>(10)</sup>
Vice-Líder do PP	Lasier Martins (27)	Líder do PSB - 3
Ciro Nogueira <sup>(8)</sup>	Líder do PSDB - 8	Jorge Kajuru (3)
Líder do PRB - 1	Roberto Rocha (22)	Líder do REDE - 3
Mecias de Jesus (12)	Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas <sup>(35,38)</sup> Rodrigo Cunha <sup>(36)</sup>	Randolfe Rodrigues (21)
	Líder do PSL - 4	
	Major Olimpio (7)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	Bloco Parlamentar Vanguarda	PSD - 9
(PT/PROS) - 9	(DEM/PR/PSC) - 9	Líder
Líder Paulo Rocha - PT <sup>(37)</sup>	Líder Wellington Fagundes - PR <sup>(14)</sup>	Otto Alencar - PSD (9) Vice-Líderes
Vice-Líder	Vice-Líderes	Vice-Lideres Irajá
Zenaide Maia (19,30)	Rodrigo Pacheco (4,16)	Angelo Coronel
	Jorginho Mello <sup>(6,15)</sup> Zequinha Marinho <sup>(17,31)</sup>	
Líder do PT - 6	zequinna Marinno (17,31)	
Humberto Costa (13,18)		
Vice-Líder do PT	Líder do DEM - 6	
Rogério Carvalho (32)	Rodrigo Pacheco (4,16)	
Líder do PROS - 3	Líder do PR - 2	
Telmário Mota <sup>(20)</sup>	Jorginho Mello (6,15)	
Vice-Líder do PROS	Líder do PSC - 1	
Zenaide Maia (19,30)	Zequinha Marinho (17,31)	
Maioria	Governo	Minoria
Líder Eduardo Braga - MDB (11,25,33)	Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB(34)	Líder Randolfe Rodrigues - REDE (21)
Ecuatio Diaga - NIDO ()-0000)	Vice-Líderes Eduardo Gomes (40) Elmano Férrer (39) Izalci Lucas (35,38) Chico Rodrigues (41)	National Notingues - NEDE (44)

- 1. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
- 2. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
- 3. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
- 4. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
- 5. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
- 6. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
- 7. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).

  8. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
- 9. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD). 10. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
- $11.\ Em\ 02.02.2019, o\ Senador\ Eduardo\ Braga\ foi\ designado\ l\'ider\ do\ Movimento\ Democr\'atico\ Brasileiro\ (Of.\ 001/2019-GLMDB).$
- 12. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).

13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

http://www.senado.leg.br/ordiasf



13 Abril 2019

- 14. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
- 15. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
- 16. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
- 17. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
- 18. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
- 19. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
- 20. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
- 21. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
- 22. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
- 23. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
- 24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
- 25. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
- 26. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
- 27. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
- 28. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
- 29. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
- 30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1ª vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
- 31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
- 32. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT)
- 33. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
- 34. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
- 35. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1ª vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
- 36. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2ª vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
- 37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
- 38. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
- 39. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
- 40. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
- 41. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059) http://www.senado.leg.br/ordiasf

#### **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

#### 1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019

**Finalidade:** Destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC 6, de 2019, que modifica o sistema de previdência social.

Instituída pelo Ato do Presidente 7, de 2019

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Instalação: 10/04/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)	1. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (6)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (1)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (3,4,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)	3.
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	4.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (1)	5.
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (1)	6.
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)	7.
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1)	8.
Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (1,6)	9. VAGO (2)

#### Notas

- 1. Em 14.03.2019, os Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco e Elmano Férrer foram designados membros titulares, para compor a Comissão (Ato do Presidente n. 7, de 2019)
- 2. Em 15.03.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a Comissão (Of. nº 24/2019-GLPODE).
- 3. Em 20.03.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 55/2019-GLPSDB).
- 4. Em 29.03.2019, o Senador José Serra deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo PSDB (Of. nº 56/2019-GLPSDB).
- 5. Em 29.03.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 63/2019-GLPSDB).
- 6. Em 10.04.2019, o Senador Oriovisto Guimarâes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ser suplente, pelo PODE, para compor a Comissão (ATS nº 09/2019).

Secretário(a): Felipe Geraldes / Fernanda Lima Telefone(s): 3303-3490 E-mail: coceti@senado.leg.br





#### 1)CPI DE BRUMADINHO

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 membros titulares e 7 membros suplentes, para, no prazo de 120 dias, apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho e outras barragens.

Requerimento n° 21, de 2019

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (8)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (8)

RELATOR: Senador Carlos Viana (PSD-MG) (8)

Leitura: 13/02/2019 Instalação: 12/03/2019 Prazo final: 10/07/2019

	Prazo final: 10/07/2019		
TITULARES	SUPLENTES		
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)			
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)		
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (1)			
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (1)			
Bloco Parlamentar Unido	s pelo Brasil (MDB, PP, PRB)		
Senador Dário Berger (MDB-SC) (2)	1.		
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (2,11)			
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)		
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(3)</sup>			
Bloco Parlamentar da Resist	ência Democrática (PT, PROS)		
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (4,10)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4)		
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)			
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (7)		
P	SD		
Senador Carlos Viana (MG) (6,9)	1. Senador Otto Alencar (BA) (6,9)		

#### Notas:

- 1. Em 12.03.2019, os Senadores Antonio Anastasia, Selma Arruda e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a CPI (Of. nº 7/2019-GSEGIRAO).
- 2. Em 12.03.2019, os Senadores Dário Berger e Márcio Bitar foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a CPI (Of. nº 27/2019-GLMDB).
- 3. Em 12.03.2019, os Senadores Randolfe Rodrigues e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a CPI (Memo. nº 21/2019-GLBSI).
- 4. Em 12.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, e o Senador Jean Paul, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 22/2019-BLPRD).
- 5. Em 12.03.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 14/2019-BLOCO VANGUARDA).
- 6. Em 12.03.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 53/2019-GLPSD).
- 7. Em 12.03.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 23/2019-BLOCO VANGUARDA).
- 8. Em 13.03.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Rose de Freitas, o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Carlos Viana a Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2019-CPIBRUM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059) http://www.senado.leg.br/ordiasf



- 9. Em 13.03.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 54/2019-GLPSD).
- 10. Em 15.03.2019, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 26/2019-BLPRD).
- 11. Em 26.03.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 118/2019-GLMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Diogo Peixoto Telefone(s): 3303-3492 E-mail: coceti@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059) http://www.senado.leg.br/ordiasf



#### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) (1) VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (1)

TITULARES	Suplentes		
Bloco Parlamentar Unido	s pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )		
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,19)		
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (9)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,19)		
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)		
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (9)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)		
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (10)		
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12,18)		
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (6)	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)		
Bloco Parlamentar PSDB/F	PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )		
Senador José Serra (PSDB-SP) (13)	1. Senador Lasier Martins (PODE-RS) (8)		
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (13)	2. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (8)		
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (8)		
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (8)	4. Senador Major Olimpio (PSL-SP) (14)		
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (8)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (17)		
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (17)		
Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )			
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)		
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)		
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	3. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3,20)		
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)		
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5.		
Bloco Parlamentar da Resist	ência Democrática ( PT, PROS )		
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(7)</sup>		
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (7,21)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(7)</sup>		
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (7)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)		
	PSD		
Senador Omar Aziz (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)		
Senador Otto Alencar (2)	2. Senador Lucas Barreto (2)		
Senador Irajá <sup>(2)</sup>	3. Senador Arolde de Oliveira (2)		
Bloco Parlamentar Va	nguarda ( DEM, PR, PSC )		
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)		
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)		
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	3. Senador Jorginho Mello (PR-SC) (4)		
Notas:			

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059) http://www.senado.leg.br/ordiasf

<sup>1.</sup> Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).

<sup>2.</sup> Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).

71

Sábado

- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
- 4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
- 8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
- 9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
- 10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
- 11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
- 14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- 15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
- 16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
- 17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
- 18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
- 19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
- 20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
- 21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059) http://www.senado.leg.br/ordiasf



## 1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS **CADEIAS PRODUTIVAS**

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (1)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (1)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (1)	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (1)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (1)	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (1)
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (1)	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (1)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (1)

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -Telefone(s): 61 33033516 E-mail: cae@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059) http://www.senado.leg.br/ordiasf



<sup>1.</sup> Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)

### 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PODE-RJ) (14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos	pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) <sup>(9)</sup>
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)	3. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (12)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/F	PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (7)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (6)	2. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (6)
Senador Romário (PODE-RJ) (6)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (6)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (15)	4.
Bloco Parlamentar Senado Indeper	ndente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (2)	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (2)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (2)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	4. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (2)
Bloco Parlamentar da Resist	ência Democrática ( PT, PROS )
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (17)	3. Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (19)
	PSD
Senador Nelsinho Trad (1)	1. Senador Carlos Viana (1)
Senador Irajá <sup>(1)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (1,13)
Senador Otto Alencar (13)	3. Senador Sérgio Petecão (18)
Bloco Parlamentar Va	nguarda ( DEM, PR, PSC )
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)
Notas:	

- 1. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº4/2019-GLPSD).
- 2. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo, nº 3/2019-GLBSI).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- 5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- 6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styverson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
- 7. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- 8. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- 9. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).



- 10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº33/2019-GLPSD).
- 14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
- 15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- 16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
- 17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
- 18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
- 19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -Telefone(s): 61 3303-3515/4608 E-mail: cas@senado.gov.br



### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (1) VICE-PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PR-SC) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos	pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (9)	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (9)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PG	DDE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (7)	1. Senador José Serra (PSDB-SP) (7)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (7)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (8)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7)
Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (8)	4. Senador Lasier Martins (PODE-RS) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (8)	5. Senador Major Olimpio (PSL-SP) (14)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) <sup>(13)</sup>	6. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)
•	dente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senador Weverton (PDT-MA) (3)	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3,17)
	ncia Democrática ( PT, PROS )
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,16,18)
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (6,16,19)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (6,18)
P:	SD
Senador Otto Alencar (2)	1. Senador Sérgio Petecão (2)
Senador Angelo Coronel (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Arolde de Oliveira (2)	3. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Van	guarda ( DEM, PR, PSC )
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
Senador Jorginho Mello (PR-SC) <sup>(4)</sup>	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)
Notas:	

- 1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
- 2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessando Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
- 4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



- 5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº
- 7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
- 8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLID).
- 9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
- 10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- 14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- 15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
- 16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
- 17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
- 18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
- 19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -Telefone(s): 61 3303-3972

> Fax: 3303-4315 E-mail: ccj@senado.gov.br



### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos	pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (8)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (14)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (15)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) <sup>(9)</sup>	5.
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)	6.
VAGO (11)	7.
Bloco Parlamentar PSDB/P	ODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (7)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (6)
Senador Lasier Martins (PODE-RS) (7)	3. Senador Romário (PODE-RJ) <sup>(7)</sup>
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (7)	4. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (12)	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (13)
	6.
Bloco Parlamentar Senado Indepen	dente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)	4.
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5.
Bloco Parlamentar da Resisto	ència Democrática ( PT, PROS )
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (5,16)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
P	SD
Senador Angelo Coronel (1,2)	1. Senador Nelsinho Trad (1)
Senador Carlos Viana (1)	2. Senador Arolde de Oliveira (1)
Senador Sérgio Petecão (1)	3. Senador Irajá (1)
Bloco Parlamentar Var	guarda ( DEM, PR, PSC )
Senador Jorginho Mello (PR-SC) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)	2.
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	3.
Notas:	

#### Notas:

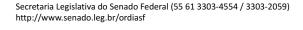
- 1. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
- 4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



- 13 Abril 2019
- 5. Em 13.02.2019. os Senadores Paulo Paim. Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares: e os Senadores Jean Paul Prates. Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-
- 6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
- 7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLID).
- 8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
- 9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
- 10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-
- 12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº
- 13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
- 14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
- 15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
- 16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br





PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (1) VICE-PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar	Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) (16,17)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (17)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13)	4.
Bloco Parlamentar P	PSDB/PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)	1. Senador Major Olimpio (PSL-SP) (11)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (9)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (14)
Senador Lasier Martins (PODE-RS) (15)	3. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) (15)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (20)	4. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (20)
Bloco Parlamentar Senado Ir	ndependente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (19)
Bloco Parlamentar da	Resistência Democrática ( PT, PROS )
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(7)</sup>	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7)
	PSD
Senador Carlos Viana (2)	1. Senador Lucas Barreto (2)
Senador Otto Alencar (2)	2. Senador Omar Aziz (2,18)
Bloco Parlamen	tar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )
Bloco Parlamen Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)	tar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )  1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)

- 1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- 2. Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-
- 4. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 5. Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- 6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 7. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- 8. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- 9. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- 10. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- 11. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- 12. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



- 13 Abril 2019
- 13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- 14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
- 15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
- 16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
- 17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
- 18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
- 19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
- 20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -Telefone(s): 61 33033284 E-mail: cma@senado.leg.br



### 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar	Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9)	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (13)	2. VAGO (10,13,14,16)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (13)	3. VAGO (14)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (15)	4.
	5.
Bloco Parlamentar	PSDB/PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (7)	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (7)	2. Senador Romário (PODE-RJ) <sup>(7)</sup>
Senador Lasier Martins (PODE-RS) (8)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (8)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (11)	4. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (12)
Bloco Parlamentar Senado I	ndependente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2.
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	3.
Bloco Parlamentar da	a Resistência Democrática ( PT, PROS )
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)
	PSD
Senador Arolde de Oliveira (1)	1. Senador Sérgio Petecão (1,2)
Senador Nelsinho Trad (1)	2. Senador Lucas Barreto (1)
Bloco Parlamei	ntar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1.
	2.

#### Notas:

- 1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
- 6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- 7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).
- 8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
- 9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).

  10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão
- (Of.nº s/n/2019-GLDPP).
- 11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- 12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).



13 Abril 2019

- 13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
- 14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2º suplente (Of.nº 125/2019-GLMDB).
- 15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
- 16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
- 17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -Telefone(s): 61 3303-2005 Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



# 6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

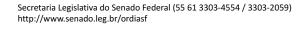
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (1)	1.
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (1)	2.
Senador Lasier Martins (PODE-RS) <sup>(1)</sup>	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (1)	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)

#### Notas:

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -Telefone(s): 61 3303-2005 Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br





<sup>1.</sup> Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of.  $n^2$ 03/2019-CDH).

<sup>2.</sup> Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar	Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (11)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (11)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (11)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (11)	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (10)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (13)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(6)</sup>	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (12)
Bloco Parlamentar I	PSDB/PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (8)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (8)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(8)</sup>	2. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (9)
Senador Romário (PODE-RJ) <sup>(9)</sup>	3. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)
Senador Major Olimpio (PSL-SP) (14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (16)
Bloco Parlamentar Senado I	ndependente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) <sup>(3)</sup>	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Bloco Parlamentar da	Resistência Democrática ( PT, PROS )
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (7,18)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (7)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7,17)
	PSD
Senador Nelsinho Trad (2)	1. Senador Arolde de Oliveira (2)
Senador Angelo Coronel (2)	2. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamer	ntar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)

#### Notas:

- 1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- 2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLRSI)
- 4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- 8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- 9. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
- 10. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- 11. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).



- 12. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 13. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- 15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
- 16. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
- 17. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
- 18. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -Telefone(s): 61 3303-3496 E-mail: cre@senado.leg.br



**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (2)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (2)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (2)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (2)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(2)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) (2)	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (2)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (2)

#### Notas:

- 1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
- 2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -Telefone(s): 61 3303-3496 E-mail: cre@senado.leg.br



# 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (1)

Suplentes
pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )
1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9)
3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)
4. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8)
5.
6.
DDE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )
1. Senador José Serra (PSDB-SP) (6)
2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)
3. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (7)
4. Senador Lasier Martins (PODE-RS) (7)
5. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (11)
dente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )
1. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
3. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
ncia Democrática ( PT, PROS )
1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)
3.
SD
1. Senador Angelo Coronel (2)
2. Senador Nelsinho Trad (2)
3. Senador Sérgio Petecão (2)
guarda ( DEM, PR, PSC )
1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)
2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)

#### Notas

- 1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- 2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- 4. Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 5. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- 6. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- 7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).
- 8. Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



- 9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
- 10. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- 12. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
- 13. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -Telefone(s): 61 3303-4607 Fax: 61 3303-3286 E-mail: ci@senado.gov.br



### 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (1) VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar	Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (11)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (11)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (11)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (10,13)
VAGO (5,15)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (18)
	4.
Bloco Parlamentar I	PSDB/PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (7)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (7)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (7,9)	3. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (8)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (8)	4. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (12)
Bloco Parlamentar Senado I	ndependente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3,16,17)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3)	3. Senador Weverton (PDT-MA) (19)
Bloco Parlamentar da	Resistência Democrática ( PT, PROS )
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (6)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(6)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)
	PSD
Senador Lucas Barreto (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Omar Aziz (2)	2. Senador Otto Alencar (2)
Bloco Parlamer	itar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4)	1. Senador Jorginho Mello (PR-SC) (4)
	2.

- 1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- 2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- 4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 6. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD)
- 7. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- 8. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
- 9. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- 10. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- 11. Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- 12. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- 13. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- 14. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).



- 15. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).
- 16. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão(Memo. nº 54/2019-GLBSI).
- 17. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
- 18. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
- 19. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -Telefone(s): 61 3303-4282 Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



# 9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -Telefone(s): 61 3303-4282 Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



# 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (12) VICE-PRESIDENTE: Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (12)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar U	Jnidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(9)</sup>	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (9)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (8)	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (13)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (17)
Bloco Parlamentar P	SDB/PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)
Senador Lasier Martins (PODE-RS) (7)	2. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (14)	3. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (16)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (15)	4.
Bloco Parlamentar Senado In	dependente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (2)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) <sup>(2)</sup>	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	3.
Bloco Parlamentar da	Resistência Democrática ( PT, PROS )
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
	PSD
Senador Lucas Barreto (1)	1. Senador Nelsinho Trad (1)
Senador Sérgio Petecão (1)	2. Senador Otto Alencar (1)
Bloco Parlament	tar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3)

- 1. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- 2. Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 4. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- 5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- 6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- 7. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
- 8. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- 9. Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- 10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 12. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- 13. Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).



- 14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
- 15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
- 16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
- 17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -Telefone(s): 3303 3506 E-mail: cra@senado.gov.br



### 10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

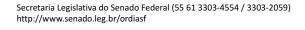
Finalidade: Subcomissão criada pelos REQs nºs 3 e 7/2019-CRA, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (1)	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (1)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (1)	4. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (1)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (1)	5. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (1)

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -Telefone(s): 3303 3506 E-mail: cra@senado.gov.br





<sup>1.</sup> Em 27.03.2019, os Senadores Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº26/2019-CRA).

# 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (17)

TITULARES	Suplentes		
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )			
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (11)		
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (11)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) (11)		
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (7)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (11)		
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (12)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (6,19)		
Bloco Parlamentar I	PSDB/PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )		
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(9)</sup>	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (9)		
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (9)	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9)		
Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (10)	3. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (10)		
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (13)	4. Senador Major Olimpio (PSL-SP) (14)		
Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )			
VAGO (4,15)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (4,16)		
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (4)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (4)		
Senador Weverton (PDT-MA) (4)	3.		
Bloco Parlamentar da	Resistência Democrática ( PT, PROS )		
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (8)	1. Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (8,18)		
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (8)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (8)		
PSD			
Senador Arolde de Oliveira (2)	1. Senador Carlos Viana (2,3)		
Senador Angelo Coronel (2,3)	2. Senador Sérgio Petecão (2)		
Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )			
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (5)	1.		
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	2.		
Notas:	·		

- 1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
- 2. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).
- 3. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
- 4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).
- 5. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). 7. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of.
- nº s/n/2019-GLDPP). 8. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério
- Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD). 9. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
- 10. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
- 11. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB). 12. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).



13 Abril 2019

Sábado

- 13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- 14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- 15. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI).
- 16. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
- 17. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
- 18. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
- 19. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).

Secretário(a): Amanda Vieira de Souza Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -Telefone(s): 61 33031120 E-mail: cct@senado.leg.br



Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (7) VICE-PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (7)

TITULARES	Suplentes		
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )			
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (4)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (8)		
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (8)	2.		
	3.		
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )			
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (5)	1. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (5)		
-	2.		
Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )			
	1.		
	2.		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )			
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (3)		
PSD			
Senador Irajá <sup>(1)</sup>	1. Senador Arolde de Oliveira (1)		
Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )			
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (2,6)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (6)		
Notas:			

- 1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of.
- 5. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- 6. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
- 7. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
- 8. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).

Secretário(a): Andréia Mano Telefone(s): 61 3303-4488 E-mail: csf@senado.leg.br



# 13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (14)

TITULARES	Suplentes		
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )			
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (7)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8)		
Senador Dário Berger (MDB-SC) (7,17)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(7)</sup>		
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (7)	3. VAGO (7,16)		
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (12)	4.		
Bloco Parlamentar PSDB/I	PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )		
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (5)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (5)		
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (5)		
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (6)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (6,13)		
ienadora Juíza Selma (PSL-MT) <sup>(9)</sup>	4. Senador Major Olimpio (PSL-SP) (10)		
Bloco Parlamentar Senado Indepe	ndente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )		
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (2)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2,15)		
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)		
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)		
Bloco Parlamentar da Resis	tência Democrática ( PT, PROS )		
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)		
enador Telmário Mota (PROS-RR) (4)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)		
	PSD		
Senador Angelo Coronel (1)	1. Senador Carlos Viana (1)		
Senador Otto Alencar (1)	2. Senador Omar Aziz (1)		
Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )			
enador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (3)	1. Senador Jorginho Mello (PR-SC) (11)		
enador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,11)	2.		
, ,	,		

#### Notas:

- 1. Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
- 2. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
- 5. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
- 6. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
- 7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).
- 8. Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- 9. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- 10. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- 11. Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).



- 12. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
- 13. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarâes, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
- 14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
- 15. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).
- 16. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
- 17. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -Telefone(s): 61 33033519 E-mail: ctfc@senado.leg.br



# CONSELHOS e ÓRGÃOS

# 1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

#### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br

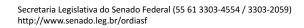


# 2) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS		
DEM		
Senador Rodrigo Pacheco (MG)		
PSD		
Senador Irajá (TO)		
PSDB		
Senador Antonio Anastasia (MG)		





### 3) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL
	Atualização: 26/02/2019

Notas:

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal  $n^{o}$ 6, de 2019.

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP) Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo Telefone(s): 3303-5255

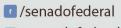
E-mail: saop@senado.leg.br

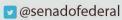
Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

http://www.senado.leg.br/ordiasf



Fale com o Senado 0800 61 2211





Secretaria-Geral da Mesa Secretaria de Atas e Diários



